

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO V – nº 39 – janeiro e fevereiro de 2013



IMPOSTO SINDICAL

CUT e sindicatos conquistam o fim do ato do MTE.

Página 4

IMPOSTO SINDICAL

Sisejufe requer o fim do desconto ao CJF.

Página 5

PLANO DE SAÚDE

Sisejufe negocia nova data-base para reajuste da Unimed.

Página 8

SEGURANÇA PRA QUEM?

Polícia brasileira é uma das que mais morrem e matam no mundo.

Páginas 22 a 25

Você sabia que os servidores do judiciário federal
têm direito a **20% de desconto** em todos
os cursos oferecidos pelo Centro Cultural Justiça Federal?

Aproveite esta oportunidade!

www.ccfj.trf2.gov.br



Centro Cultural Justiça Federal
Av. Rio Branco, 241 - Centro
Rio de Janeiro - RJ
21 3261 2550



Sisejufe em Movimento

Mobilização da CUT e do Sisejufe com os demais sindicatos surte efeitos em ato no MTE. Mas o fim da cobrança do imposto sindical não será automática para na JF. A advogada do Departamento Jurídico do Sisejufe, Aracéli Rodrigues, explica o porquê em entrevista. **Páginas 4 e 5**

Movimento Sindical

Em artigo, Antônio Augusto Queiroz, assessor parlamentar da Fenajufe e diretor do Diap analisa a suposta relação entre o reajuste dos servidores e a aprovação do Orçamento em 2013. **Página 6**

DAP

II Encontro Regional Sudeste de Aposentados e Pensionistas do Judiciário Federal aconteceu no interior do estado do Rio. Troca de experiências, reposição salarial e a reforma da previdência foram assuntos de debates. **Página 7**

Sisejufe em Movimento

Data-base para reajuste do plano de saúde Sisejufe/Unimed é agora em junho. Diretor Moises Leite retorna à sede do TRE após ação judicial. **Página 8**

TRT

Tribunal admite não ter condições de realizar perícia nos Setarqs do TRT de São Cristovão. Condições insalubres foram mostradas pelo sindicato em notícia publicada na edição 59, do jornal *Contraponto*. **Página 8**

TRE

Saída de Zveiter põe fim, a princípio, ao imperativo do silêncio no tribunal. Desembargadora Leticia Sardas pode ficar apenas oito meses na Presidência. **Página 9**

Formação e Cultura

Departamento de Cultura e Formação encerra o ano sindical com oficina de cultura popular brasileira ministrada pelo cantor e pesquisador Lúcio Sanfilippo. **Páginas 10 e 11**

Festa

Happy Hour de Final de Ano reúne diferentes gerações de servidores e servidoras do Judiciário Federal. Banda Libido e Roda de Samba do Vaguiño do Vilar foram as atrações. **Páginas 12 e 13**

Movimento Sindical

Roberto Ponciano, diretor sindical e mestre em Filosofia, escreve sobre o paradoxo ético no mundo sindical na contemporaneidade: a proliferação do que nomeia de "Sindicato McDonald's". **Páginas 14 a 16**

Humor

Nosso colaborador Fulgêncio Pedra Branca dorme no ponto, cai no conto do coelho e acaba acordando no País das Privatizações, e quase perde a cabeça, literalmente. **Página 17**

Comunicação

Imprensa do Sisejufe participa do 18º Curso Anual do NPC, que discutiu a disputa de hegemonia dos veículos de comunicação no mundo atual. *Ideias em Revista* é destaque em painel por ser considerada modelo de qualidade na imprensa sindical. No final de novembro, a repórter Tatiana Lima teve reportagens premiadas. **Páginas 18 e 19**

**Educação**

Cooperativa de professores universitários assume direção da Feuduc, um dos principais centros de ensino da Baixada Fluminense. **Páginas 20 e 21**

Violência

Os jornalistas Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, de São Paulo, mostram o *modus operandi* das chacinas que aconteceram em SP. A nomenclatura policial de crimes como auto de resistência, herança da ditadura, chega ao fim. Mas chacinas nas periferias paulistanas continuam. Sete pessoas morreram em 4 de janeiro desse ano. **Páginas 22 a 25**

Cidade

O desabafo de uma adolescente no livro *Diário de uma Invasora* revela a tentativa de remoção de moradores de baixa renda na Zona Sul do Rio. Mas a comunidade do Horto Florestal resiste e contesta a acusação no STF de invasão do parque Jardim Botânico. A reportagem é de Tatiana Lima. **Páginas 26 e 27**

Cultura

A coordenadora do NPC, Claudia Santiago, revela uma paixão: os livros e o ofício de livreira. O amor à literatura e os ideais comunistas fizeram a jornalista abrir a livraria Antonio Gramsci, um projeto político e cultural para fazer "as pessoas lerem o que interessa". Quem conta é a repórter Tatiana Lima. **Páginas 28 e 29**

Ideias Entrevista

A entrevista desta edição é Kadu Machado, um dos fundadores do *Jornal Algo a Dizer* que completou 25 anos de existência sem alterar direcionamento político e editorial. Entrevista feita pelo repórter Max Leone. **Páginas 30 e 31**

Economia

Desenvolvimentismo X Neodesenvolvimentismo: a relação da economia com a política passada e a vigente no Brasil é debatida pelos articulistas Ricardo Bielschowsky, Vera Cepêda e João Stédile. Nossa repórter Tatiana Lima traz as elucbrações dos palestrantes. **Páginas 32 a 35**

Ideias Entrevista

A repórter Tatiana Lima entrevista a psicanalista Joana Novaes, especialista em doenças da beleza. Ela fala da ditadura do corpo perfeito e critica a imposição de um padrão estético ideal, um corpo que se revela de classe. **Páginas 36 a 38**

Oficina Literária

Tito chega e estranha à bagunça da casa. Grita o irmão, mas o único som que se ouve na casa é a canção *Só louco* de Nana. No quarto, enfim, acha Júlio, o irmão. E faz a pergunta que definirá o resto da vida deles. **Página 39**

Internacional

O jornalista Mário Augusto Jakobskind analisa as mortes que aconteceram na Líbia e o noticiário parcial dos meios de comunicação que silenciaram parte das informações sobre o tema. **Páginas 40 e 41**

Latuff

Para o governador Sérgio Cabral, os povos originários não são dignos de respeito. Para executar obras no Maracanã, o governo quer enterrar a memória: pôr abaixo o antigo Museu do Índio para construir um estacionamento para a Copa do Mundo de 2014. **Página 42**

MTE torna sem efeitos Instrução No

Tatiana Lima*

O Ministério de Estado do Trabalho e Emprego publicou em 15 de janeiro no Diário Oficial a instrução Normativa nº 1 de 14 de janeiro de 2013, que torna sem efeito ato que regulamentou a cobrança do imposto sindical do setor público dos servidores públicos. O recolhimento do tributo é obrigatório nas Justiças Federais de 1º e 2º grau, desde 2011 devido ao MTE ter proferido a Instrução Normativa nº 1, de 2008, ainda que a CUT e as entidades sindicais do setor público, como no caso do Sisejufe, fossem contra o recolhimento do tributo.

A grande mobilização da CUT, incluindo o Sisejufe e os demais sindicatos, resultou na suspensão da Instrução Normativa nº 1/2008, do MTE, gerou o projeto de decreto legislativo 675/12, do deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF). A tramitação do projeto de decreto legislativo consta dos considerandos da Instrução Normativa nº 1, de 2013, publicada em Diário Oficial em 15 de janeiro, que fez agora a famigerada Instrução Normativa nº 1, de 2008, tornar-se sem efeito.

Como o desconto para os servidores da Justiça Federal de 1º e 2º

Ministério do Trabalho e Emprego publica em Diário Oficial nova Instrução Normativa que torna sem efeitos o ato que regulamentou a cobrança do imposto sindical para servidores públicos. Departamento Jurídico do Sisejufe agora prepara procedimento de controle administrativo perante o Conselho da Justiça Federal, pedindo a suspensão dos descontos, com base na revogação da Instrução Normativa nº 1/2008, do MTE

grau foi determinado por decisão do Conselho da Justiça Federal (Processo nº 2008.16.3090). O Sisejufe protocolará nos próximos dias, procedimento de controle administrativo perante ao Conselho, pedindo a suspensão dos descontos, com base na revogação da Instrução Normativa nº 1/2008, do MTE.

De acordo com o texto da Instrução Normativa nº 1, de 2008, os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, direta e indireta, deveriam recolher a contribuição sindical prevista no artigo 578, da Consolidação das Leis Trabalhistas, de todos os servidores e empregados públicos, observando os procedimentos estabelecidos no art. 580 e seguintes da CLT.

Bandeira de luta

O Sisejufe é contrário à contri-

buição sindical, por entender que não se deve impor à categoria nenhuma cobrança que não tenha sido, de forma democrática, decidida em assembleia. Por isso, à época da edição da IN nº 1/2008, do MTE, o sindicato ajuizou ação ordinária pedindo a suspensão do desconto e repasse da contribuição sindical. Com base no artigo 580 da CLT, que não inclui os servidores públicos dentre aqueles que devem recolher o tributo, o Sisejufe obteve liminar favorável, proferida pelo juízo da 26ª Vara Federal (processo nº 2008.16.3090) contra decisão do Conselho da Justiça Federal que determinara o desconto.

Contudo, a decisão, juntamente com outras obtidas por diversas entidades sindicais representativas da categoria em suas respectivas bases, foi objeto de Reclamação pela Confederação dos Servidores Públicos

do Brasil (CSPB) perante o Superior Tribunal de Justiça. Mediante liminar deferida pela relatora da Reclamação, a ministra Eliana Calmon, foi restabelecida a Resolução do CJF que obrigava as entidades a recolher o imposto sindical.

Em nova tentativa de reverter o quadro desfavorável, o Sisejufe ingressou com outra ação judicial. Dessa vez, atacando diretamente a Instrução Normativa nº 1/2008, do MTE, pedindo a nulidade desse ato e o afastamento da cobrança do imposto sindical. Contudo, o juízo da 7ª Vara Federal de Brasília, a quem o feito foi distribuído, indeferiu o pedido de liminar e julgou improcedente a demanda, que agora aguarda o julgamento do recurso de apelação interposto perante o TRF da 1ª Região (Processo nº 0004433-52.2009.4.01.3400).



SISEJUFEMOVIMENTO
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLITICA:** Vera Miranda.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Max Leone (MTb RJ 19002/Jp) – Tatiana Lima (MTb32631/RJ) **EDIÇÃO:** Tatiana Lima
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora (7,5 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Normativa da Contribuição Sindical

Entenda a discussão

A contribuição sindical, ou imposto sindical está prevista no artigo 578 da CLT, que diz ser devida a contribuição por todos aqueles que participam de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão. O recolhimento da contribuição ocorre uma vez ao ano, e corresponde a um dia de trabalho, independente de filiação às entidades sindicais.

Como se trata de tributo, as entidades sindicais representativas dos servidores públicos defendem a necessidade de lei que o institua para os servidores públicos, sendo indevida a extensão das disposições da CLT nesse assunto.

Contudo, como a liminar obtida pelo Sisejufe não subsistiu, para evitar que os valores descontados do

famigerado imposto dos servidores sejam integralmente creditados à “Conta Especial Emprego e Salário”, o sindicato vem publicando, os editais correspondentes, para se habilitar ao repasse dos valores descontados. Somente assim, é possível fazer a restituição aos filiados do Sisejufe de parte desse valor, prática feita pelo sindicato desde a obrigatoriedade da cobrança em 2011.

Apenas 60% do valor da contribuição sindical é repassada ao sindicato, de acordo com a distribuição estabelecida pelo artigo 589, da CLT, que distribui os 40% restantes em 5% para a confederação correspondente; 10% para a central sindical; 15% para a federação e 10% para a “Conta Especial Emprego e Salário”. Não havendo nenhuma das entidades sindicais ou central sindical, o valor reverte integralmente para a “Conta Especial Emprego e Salário”.

Luta histórica da CUT

No ano passado, a CUT, fez o Plebiscito Nacional “Diga Não ao Imposto Sindical”. Para a entidade, o fim deste tributo, é fundamental para a classe trabalhadora brasileira conquistar a liberdade e a autonomia sindicais, bandeiras históricas que fazem parte dos princípios de criação da Central. Por isso, decidiu consultar diretamente os maiores interessados indo às ruas, falando com os/as trabalhadores/as em locais de grande concentração como a Central do Brasil, no Rio, e no centro de São Paulo ou nas portas de fábricas e de shoppings, além de todos os locais de trabalho.

A CUT defende a substituição do imposto sindical por uma contribuição negocial, cujo percentual é definido em assembleia amplamente divulgada após as negociações e campanhas sa-

lariais feitas pelos sindicatos. A Central também luta pela ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de liberdade sindical e proteção do direito sindical.

Como o Sisejufe divulga exaustivamente há vários anos, assim como a CUT, o sindicato também é contrário à cobrança compulsória do imposto sindical dos trabalhadores e defende, assim como a Central, a proposta de se acabar com o imposto sindical obrigatório – que seria substituído por uma contribuição negociada com os trabalhadores de cada sindicato.

*Da Redação com a advogada Aracéli Rodrigues (OAB/RJ 169.971), assessora do Departamento Jurídico do Sisejufe.

Sisejufe pede suspensão dos descontos ao Conselho da Justiça Federal

O novo ato que regulamentou a cobrança do imposto sindical para servidores públicos não significa o fim da cobrança do imposto sindical para os servidores do Judiciário Federal. A Instrução normativa torna sem efeitos a cobrança automaticamente apenas para os servidores do Executivo, pois a determinação do desconto do imposto a categoria da Justiça Federal foi do CJF. O sindicato entrará com pedido de suspensão da cobrança ao Conselho. Confirma na entrevista com a advogada do Departamento Jurídico do Sisejufe, Aracéli Rodrigues.

Ideias – A suspensão dos efeitos da Instrução Normativa nº 1/2008, do MTE, acaba com

a contribuição sindical para os servidores do Poder Judiciário?

Aracéli Rodrigues – Não necessariamente. Para os servidores da Justiça Federal, por exemplo, a cobrança foi determinada por decisão do Conselho da Justiça Federal que, embora tenha sido provocada pelo ato do MTE, agora suspenso, possui outros fundamentos jurídicos que precisam ser desconstituídos, incluindo precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Ideias – Apesar dessa revogação da Instrução Normativa, quais serão as dificuldades que o Sisejufe enfrentará para reverter o entendimento do CJF da obrigatoriedade da cobrança do imposto sindical?

Aracéli – As dificuldades estão na interpretação que o CJF conferiu aos dispositivos constitucionais que tratam da matéria, já que, segundo o Conselho, a disposição constitucional que prevê a contribuição seria autoaplicável e, por isso, não necessitaria de lei regulamentando a cobrança para que ela fosse feita também aos servidores públicos.

Ideias – É possível obstar a cobrança do imposto ainda para esse ano de 2013?

Aracéli – A assessoria jurídica está preparando procedimento junto ao CJF, pedindo a revisão da decisão que determinou o desconto,



com base nesse fato novo que é a revogação da Instrução Normativa nº 1/2008, do MTE, e envidará esforços para obter a suspensão da cobrança da contribuição desse ano.

Reajuste dos servidores versus não aprovação do Orçamento de 2013

“É comum a sanção e a consequente transformação em lei de matéria que acarrete aumento de despesa, antes da aprovação do orçamento ou do crédito orçamentário com os recursos necessários à cobertura dessa despesa, desde que o projeto orçamentário ou PLN correspondente já esteja em tramitação no Congresso”

Antônio Augusto Queiroz*

A não aprovação do Orçamento para 2013, antes do início do recesso parlamentar, trouxe muita apreensão para os servidores públicos, especialmente em relação aos reajustes previstos para janeiro, já que o Congresso, se não houver convocação extraordinária, só retoma suas atividades em fevereiro. Portanto, após a data de início de vigência do referido reajuste. Há dois aspectos a serem analisados. O primeiro diz respeito à sanção ou veto aos projetos já aprovados (prevendo os reajustes) e, o segundo se refere ao pagamento do reajuste em janeiro, na hipótese de sanção dos projetos, mesmo o orçamento não estando aprovado.

Quanto ao primeiro aspecto, o tema parece pacífico. É comum a sanção (e a consequente transformação em lei) de matéria que acarrete aumento de despesa, antes da aprovação do orçamento ou do crédito orçamentário, com os recursos necessários à cobertura dessa despesa, desde que o projeto orçamentário ou PLN correspondente já esteja em tramitação no Congresso. Assim, em nossa avaliação, não há nenhum risco de veto em função da não aprovação do Orçamento de 2013. Inclusive porque a proposta orçamentária original já previa recursos para cobrir a despesa decorrente do reajuste. Se houver veto, a razão invocada será de outra natureza e não em função da ausência de aprovação do orçamento. Relativamente ao pagamento do reajuste em janeiro, depende apenas de vontade política, porquanto se trata de despesa inadiável (ou de caráter obrigatório). Na verdade, para efeito de compreensão da matéria, poderíamos classificar as despesas em três espécies – as inadiáveis ou obrigatórias; as de custeio, e as de investimentos – e destas, apenas a última depende da votação conclusiva e sanção da lei orçamentária. No caso de caráter inadiável ou obrigatório, que inclui pessoal e pagamento das dívidas interna e externa, o normal seria o pagamento sem restrições, desde que seus valores coincidam com o da proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo. A segunda, de custeio, será paga mediante duodécimo até que o orçamento seja aprovado conclusivamente.

Por lei

Sobre este tema, a Constituição, em seu art. 169, faz duas exigências para a concessão de qualquer vantagem ou aumento



Antônio Augusto Queiroz

de remuneração de servidores: I – haver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as proposições de despesa de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes; e II – haver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias; Quanto ao primeiro ponto, parece fora de dúvida que “a prévia dotação orçamentária suficiente” existe, já que o Poder Executivo a incluiu em sua proposta orçamentária e a Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou com a ratificação pelo plenário das duas Casas do Congresso, em sessão conjunta.

Em relação ao item II – autorização específica na LDO – o procedimento adotado tem sido o de remeter essa autorização, que pressupõe citar valores, para o anexo do orçamento.

O que diz a LDO

Já o art. 50, item I, da LDO/2013 (Lei 12.708) estabelece que a programação constante do PLOA/2013 poderá ser executada para o atendimento de despesas com obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas no Anexo V da própria LDO, dentre as quais constam as despesas

com Pessoal e Encargos Sociais (item 27 do anexo V). Vejamos: “Art. 50. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2013 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2012, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de: I - despesas com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas no Anexo V (...)”. Portanto, s.m.j., qualquer despesa com pessoal poderá ser executada até a aprovação final do PLOA/2013.

Por fim, se considerarmos que todos os reajustes de servidores e membros de poderes, cujos projetos já tramitavam no Congresso antes de 31 de agosto de 2012, foram incluídos na proposta orçamentária original, e que se trata de despesa inadiável ou obrigatória, o seu pagamento, independentemente da aprovação e sanção do orçamento de 2013, depende apenas de decisão política.

Se, de todo modo, o Governo Federal optar por não pagar em janeiro, só poderá fazê-lo a partir de 2 de fevereiro de 2013, quando o Congresso retoma suas atividades ordinárias. Nesta hipótese, que também pressupõe a não convocação extraordinária do Congresso, o governo teria que autorizar o pagamento do salário normal, sem o reajuste em janeiro, e pagar a diferença em folha suplementar tão logo seja sancionado o Orçamento de 2013 ou na folha normal no mês seguinte.

*Antônio Augusto Queiroz é jornalista, diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e assessor parlamentar da Fenajufe.

II Encontro Regional Sudeste de Aposentados e Pensionistas

O encontro realizado entre 23 e 25 de novembro reuniu quatro dos cinco sindicatos da região sudeste (Sintrajud, Sindiquinze, Sisejufe, e Sintraemg) e contou com a participação da Fenajufe por meio dos diretores Valter Nogueira e Fátima Arantes. O objetivo do evento foi debater temas relevantes para os servidores aposentados e pensionistas da categoria judiciária federal, tais como as questões previdenciárias, à reposição salarial, sem descuidar da qualidade de vida, e a construção de políticas e ações que possam fortalecer a organização e a participação do segmento nos sindicatos e na Fenajufe.

O II Encontro contou com mais de 70 participantes e já tem a sua terceira edição marcada para o ano de 2013. O sindicato organizador do evento será o Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Sindiquinze).

Troca de Experiências

Ana Fervereiro, representante do Sintrajud, ressaltou que há reuniões mensais do segmento no sindicato. Porém, segundo ela, é necessária uma maior participação dos aposentados e pensionistas na direção dos sindicatos e na Federação. A representante do Sintraemg, Lucia Bernardes concorda. Ela informou que há participação do segmento na direção do sindicato, e também criticou a falta de um aposentado na direção da federação.

Já Lucilene Lima, coordenadora do DAP do Sisejufe, destacou que, a periodicidade mantida com as reuniões mensais de aposentados e pensionistas nas atividades permanentes do departamento, além das diversas atividades realizadas



Da esquerda para a direita: Fátima Arante, Ana Fervereiro, Lúcia Bernardes, Valter Nogueira, Lucilene Lima e Rosa Maria Delfino

Após 10 anos de realização do primeiro encontro, no final do ano de 2012, aconteceu o II Encontro Regional Sudeste de Aposentados e Pensionistas do Poder Judiciário Federal, em Conservatória, no Rio de Janeiro

durante o ano com temáticas variadas que incluem informação, lazer, qualidade de vida, entre outros, é importante para agregar e despertar o sentimento de pertencimento do segmento ao sindicato. Lucilene, também pontuou o sucesso do curso de informática para aposentados e pensionistas ministrado na sede do Sisejufe que conta hoje com mais de 40 inscritos. “O sindicato precisa olhar para as necessidades desses servidores. Não basta somente ter reuniões”, disse a coordenadora do DAP do Sisejufe.

Os departamentos de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe e do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do Estado de Minas Gerais (Sitraemg) foram citados como exemplo a serem seguidos em outros estados, justamente, devido às ações para ampliação da participação dos aposentados, e em especial os pensionistas.

Reposição Salarial

Um dos temas mais polêmicos

abordados no Encontro foi à reposição salarial na mesa que contou com a presença do diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, e dos diretores da Fenajufe Fátima Arantes e Valter Nogueira. Os dirigentes explicaram que, o acordo de reposição salarial da categoria de 90% de reajuste em cima da Gratificação Judiciária (GAJ), resultando no grau de dificuldade na mobilização dos servidores para lutar contra o congelamento salarial e a submissão do Poder Judiciário ao Executivo bem como os atos administrativos para conter o uso da greve como instrumento de luta, e a intransigência do Executivo em reconhecer a defasagem salarial da categoria de seis anos sem reajuste.

Para os diversos departamentos de aposentados e pensionistas no Encontro, o reajuste salarial aplicado na GAJ, gera ressalva ao resultado da negociação. Para eles, a luta da categoria sempre foi pelo aumento no vencimento básico e pela incorporação das gratificações como elemento de valorização

salarial. Por isso, é preciso resgatar o foco da luta.

Previdência

A assessoria Jurídica do Sisejufe, a advogada Aracéli Rodrigues, esclareceu as dúvidas dos participantes referentes às emendas 20 e 41 e seus desdobramentos: aposentadoria especial, aposentadoria com proventos integrais e com proventos proporcionais, os impactos das reformas, entre outros.

Alexandre Marques, assessor parlamentar da Fenajufe, abordou a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 555/2006, que revoga o dispositivo da PEC – reforma da previdência – acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados (contribuição de inativos). Segundo o assessor, às dificuldades está na correlação de força para que a matéria seja apreciada em dois turnos na Câmara dos Deputados e, posteriormente, seguir para apreciação do Senado Federal.

Foto: Anderson Paixão

TRT RESPONDE REQUERIMENTO DO SISEJUFÉ SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS SETORES DE ARQUIVO

Após três meses de o Sisejufe enviar requerimento administrativo ao tribunal no qual solicita perícia devido às condições insalubres de trabalho nas Seções de Arquivos do TRT, em São Cristóvão, e publicação de matéria no jornal Contraponto, à vice-presidência do tribunal, enfim, encaminha resposta ao sindicato em que admite estar impossibilitada de realizar a perícia devido à ausência de Técnicos e Engenheiros de Trabalho em seus quadros funcionais

A pós realizar visitas aos Setores de Arquivo da Justiça do Trabalho da 1ª Região e constatar as péssimas condições de trabalho existentes em alguns desses setores, com a presença de fatores que expõem a risco a saúde e a integridade física dos servidores neles lotados, em outubro de 2012 o SISEJUFÉ protocolou requerimento administrativo

junto ao TRT da 1ª Região, pedindo a realização de perícia nos locais, a adoção de medidas para afastar ou diminuir os fatores de risco e o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores.

Dentre os principais problemas constatados pelo sindicato em suas visitas estão a ausência ou comprometimento das saídas de emergência, ausência de equipamentos

de proteção individual (luvas e máscaras), acúmulo de poeira e mofo agravados por vazamentos e infiltrações, e problemas nos sistemas de ventilação e circulação de ar.

“O risco causado por esses problemas estruturais é preocupante, principalmente quando se pensa que os servidores lotados nos setores de arquivo trabalham com material de rápida combustão, e os locais não dispõem de sistemas de exaustão e de rotas de evacuação adequados”, observa o diretor Valter Nogueira.

Em resposta ao requerimento do sindicato, a Vice-Presidência do Tribunal informou que, por ora, está impossibilitada de realizar a perícia solicitada, devido à ausência de Técnicos e Engenheiros de Trabalho em seus quadros funcionais, mas informou também que autuou procedimento visando à implantação do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

no âmbito da Justiça do Trabalho da 1ª Região, e que esses programas contemplarão as perícias requeridas pelo sindicato.

O Sisejufe pedirá à presidência do TRT para acompanhar o andamento do procedimento aberto pelo Tribunal e a efetiva implantação dos programas de prevenção indicados. A necessidade de perícia nos setores de arquivos do tribunal localizados nas ruas Major Fonseca, Tuiuti e Figueira de Melo, em São Cristóvão, foi verificada a partir de uma visita do sindicato feita pela assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, durante o processo de aplicação da Pesquisa de Saúde do Servidor, conforme matéria publicada na edição nº 54 do jornal Contraponto.

Da Redação com a advogada Araceli Rodrigues (OAB/RJ 169.971), assessora do Departamento Jurídico do Sisejufe.

Sisejufe negocia mudança de reajuste do Plano de Saúde para junho de 2013

O Sisejufe e a Unimed-Rio firmaram acordo para que não haja reajuste anual de contratual do plano de saúde em janeiro. A iniciativa da direção levou em conta que no mês de janeiro, os servidores e servidoras têm um aumento de custos devido às despesas fixas que são majoradas anualmente com o impostos, taxas, material escolar, entre outros.

Por isso, o sindicato, após processo negocial intenso, con-

seguiu junto a Unimed Rio uma nova-data base para incidência do reajuste anual do plano de saúde. Com a negociação, os titulares dos planos de saúde terão os valores dos seus contratos atualizados somente em junho de 2013.

A transferência da data-base é definitiva, portanto, nos próximos anos, a atualização dos valores do contrato será realizada sempre no mês de junho.

Ação judicial garante retorno do diretor Moisés Leite à sede do TRE

Após dois meses de remoção da sede do Tribunal Regional Eleitoral, o diretor sindical Moisés Leite – que exerce função de agente de segurança – retornou ao seu local original de trabalho em 12 de dezembro do ano passado, por meio de ação ajuizada pelo Sisejufe. Por meio de um ato administrativo, promovido pelo desembargador federal Luiz Zveiter, o diretor havia sido removido junto com outros três funcionários da Justiça Eleitoral, após a participação dos servidores em manifestações de luta pela aprovação do Plano de Cargos e Salários da categoria.

O retorno foi possível a partir da intervenção do Sisejufe que ajuizou uma ação contra o ato da Direção-Geral do TRE de realocação do servidor no cartório de Bangu. Ato administrativo executado pelo servidor Sérgio Luis Gonçalves Almeida, que exerce a função de assessor da segurança do tribunal. Na ação, o sindicato pediu o cumprimento a Lei 8.811/90, que proíbe a transferência de posto de trabalho de dirigentes sindicais por até um ano após o término do mandato. O servidor Moisés Leite compõe a diretoria eleita do Sisejufe para o triênio 2011-2014.

Era “Zveiter”: o imperativo do silêncio

Não podemos permitir a ocorrência de práticas travestidas de legalidade para transferir servidores dos locais de trabalho devido a atuarem na mobilização sindical

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, contou durante o ato público em frente à sede do tribunal que, desde a Resolução nº 381/12 – que alterou o artigo original com a metodologia da escolha da presidência da Corte do regimento interno do tribunal para eleição da Presidência do TRE – a categoria passou a procurar o sindicato, manifestando a preocupação com uma possível tentativa de reeleição do desembargador federal Luiz Zveiter.

À época, o tema ganhou repercussão na imprensa com pu-

blicação de notícias em diversos jornais como O Globo, JB e o Dia. Porém, a ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em nota enviada aos jornais, garantiu que qualquer tentativa de reeleição de Zveiter não passaria pela Corte.

Segundo Valter, nos dois anos da gestão do desembargador federal Luiz Zveiter, os servidores e servidoras do TRE, especialmente os alocados na sede do tribunal, trabalharam sob uma rotina de medo de se manifestar. Uma linha de gestão classificada por ele como “o imperativo da lei do silêncio”.



Foto: Tatiana Lima

Valter Nogueira Alves diretor-presidente do Sisejufe e coordenador executivo da Fenajufe

“Nunca na trajetória do Judiciário Federal do Rio, seus servidores estiveram tão acuados como estão nesta gestão do TRE”, avaliou o diretor-presidente.

“Não se pode admitir na atual

conjunta democrática que as pessoas não possam se manifestar e sejam retaliadas pelo Poder Judiciário que, em última instância, é o garantidor das liberdades individuais”, destacou Valter Nogueira Alves.

Aberta a disputa de desembargadores

Segundo reportagem publicada pela Revista Consultor Jurídico, em 22 de janeiro, a sucessão à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio, a saída do desembargador federal Luiz Zveiter, tem agitado os corredores do Tribunal de Justiça fluminense, e o futuro de quem permanecerá à frente da Presidência do TRE pode ser incerto. Zveiter termina o primeiro biênio na Corte eleitoral em 6 de fevereiro e decidiu não tentar a recondução.

De acordo com informações internas, desde a chegada do final do mandato de Zveiter, foi iniciada uma campanha no órgão especial do Tribunal de Justiça em favor de que o desembargador federal Bernardo Garcez fosse indicado para ser o novo presidente do TRE. Porém, em 10 de dezembro passado, a desembargadora federal Letícia Sardas, foi eleita para o cargo,

em chapa única. Para opositores, Zveiter, adiantou a escolha para o comando do TRE com o objetivo de tirar do páreo Bernardo Garcez, que disputaria a vaga.

Sete dias depois, em 17 de dezembro, Bernardo Garcez, foi eleito pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça fluminense para o cargo de membro efetivo do TRE, ocupando a vaga de Zveiter como juiz do TRE. As reclamações então começaram. Segundo a revista Consultor Jurídico, os partidários de Garcez à Presidência do TRE acreditam que, se ele concorresse com Letícia, o desembargador conseguiria maioria de votos no tribunal para presidir a corte. Mas a sucessão presidencial aconteceu no dia 10 de dezembro, antes da posse de Garcez no cargo de membro do TRE — que deve acontecer entre os dias 31 de janeiro e 6 de fevereiro. Garcez já foi juiz do TRE no passado atuando como Juiz Eleitoral das 79ª e 88ª Zona

Eleitoral, na Comarca de Duque de Caxias. Ele também foi membro efetivo no Pleno da Corte.

Em nota publicada pelo jornal O Dia em 19 de dezembro, Zveiter negou qualquer possível irregularidade no processo. Ele ressaltou que a Resolução 95 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina que a eleição deve ser feita 60 dias antes do fim de seu mandato. Zveiter poderia exercer mais um mandato como julgador no tribunal eleitoral, mas recusou a função. O mandato de Zveiter na presidência do TRE termina no dia 31 de janeiro, quando Letícia Sardas assume o cargo.

Resoluções

Também procurado pela revista Consultor Jurídico, Zveiter se defendeu das acusações de antecipação das eleições para à Presidência do tribunal, citando além da regra do CNJ, a Resolução 20.958/2001

do Tribunal Superior Eleitoral. A norma diz que os juízes de tribunal eleitoral da classe de magistrados têm até 20 dias antes do término de seus mandatos para comunicar ao tribunal competente sobre sua saída da corte eleitoral. Cabe ao tribunal competente escolher o sucessor.

Outra das inculpações feitas a Zveiter é que, no ano passado, ele comandou a alteração do artigo 3º da Resolução 831, do Regimento Interno do TRE, propiciando uma reeleição à Presidência do Tribunal. O Tribunal Eleitoral tem uma composição mista, com quatro membros do Tribunal de Justiça do Rio, dois desembargadores e dois juízes, um desembargador do Tribunal Regional Federal e dois advogados.

*Da Redação com informações da Revista Consultor Jurídico e o jornal O Dia

Oficina de Cultura Popular encerra o ano no Sisejufe

Foto: Tatiana Lima

O curso de extensão universitária Leitura Coletiva do Manifesto do Partido Comunista – parceria entre o Sisejufe e a Faculdade Educacional de Duque de Caxias – foi encerrado em 18 de dezembro, com uma oficina de cultura popular brasileira ministrada pelo cantor e compositor Lúcio Sanfilippo, no auditório do sindicato. Na ocasião, foram entregues os certificados dos participantes do curso pelo professor Antonio Evandro, da Feuduc, com a presença dos diretores do Departamento de Cultura e Formação Roberto Ponciano e Willians Alvarenga.

Lúcio Sanfilippo, pesquisador da área de cultura popular, formado em Comunicação Social e Educação Física, na abertura da oficina, ponderou sobre os diversos mitos relacionados ao desenvolvimento do povo brasileiro. “Nosso povo recebeu diferentes culturas e etnias para sua formação. A nação branca não é somente os portugueses. Houve no Brasil intensas imigrações de franceses, holandeses, italianos, etc.”, explicou.

“Outro erro é pensar na África sendo formado por um só povo. A África é um continente, portanto, possui nações diversas e povos com culturas negras distintas. Assim como nossos próprios indígenas que são de diferentes tribos e culturas”, esclareceu Sanfilippo. E concluiu: “Logo, o conceito de desenvolvimento do povo brasileiro é mais amplo do que o ensinado nas escolas”.

Raízes brasileiras

A meta da atividade era trabalhar com o corpo. Para isso, Lúcio Sanfilippo ensinou os participantes a entoar cantos e cirandas, dando ritmo à aula, em que todos dançaram. Uma forma de aproximar o brasileiro da sua própria cultura por meio de uma atividade física.



Lúcio Sanfilippo ensina os participantes a entoar cantos e dançar ciranda, coco e jongo. O evento encerrou as atividades do Sisejufe em 2012.

“Existe hoje a Lei 10.639/03 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, mas sabemos que na prática o tema ainda não é ensinado como deveria. Seja em escola privada ou pública, em uma turma de 50 alunos, quando pergunto quem já ouviu falar ou sabe o que é jongo, no máximo dois alunos levantam a mão”, contou Sanfilippo.

Educação e cultura

O professor de Educação Física

também criticou a retirada precoce nos currículos escolares da educação básica: da dança e do trabalho de expressão corporal. “Há um abandono do lúdico logo na primeira fase da educação, o que é muito ruim. Somos engessados, literalmente, sem qualquer explicação e não percebemos. Eu mesmo só fui observar esse fato quando vi acontecer com o meu filho. Quando pequeno, ele era uma criança que adorava dançar. Depois, a dança foi sendo retirada

aos poucos dos eventos, das disciplinas na escola. Um belo dia ele me perguntou o porquê disso. Não soube responder”, admitiu Lúcio.

A partir do questionamento do filho, hoje com 13 anos, Sanfilippo desenvolveu uma pesquisa interdisciplinar sobre o ensino da dança e da cultura popular brasileira com aplicação em diferentes disciplinas escolares.

“As pessoas tratam o tema no Brasil sempre com muito preconceito. Misturam conceitos e preferências religiosas e formam uma opinião estereotipada do que seria essa matriz africana em nossa cultura. Não compreendem que é preciso respeitar essa herança histórica e cultural advinda dessa matriz e não negá-la. Informar-se ou fazer uma dança como o jongo nada tem a ver com ser um praticante da religião do candomblé ou umbanda. São coisas distintas”, opina o cantor e compositor.

“Existe hoje a Lei 10.639/03 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, mas sabemos que na prática o tema ainda não é ensinado como deveria. Seja em escola privada ou pública, em uma turma de 50 alunos, quando pergunto quem já ouviu falar ou sabe sobre o que é jongo, no máximo dois alunos levantam a mão”, diz Sanfilippo

*Da redação.

A falsificação da cultura popular confundida como cultura de massa

Foto: Tatiana Lima

“A importância de terminar o ano no Sisejufe celebrando a cultura popular se traduz em ser um ato militante em favor da cultura verdadeira em detrimento da cultura vendável. Há um falso entendimento de que cultura popular representa a cultura de massas em si, mas isto é uma falsificação”



Roberto Ponciano*

Foi Theodor Adorno quem cunhou o termo de “cultura de massas” e “indústria cultural”, para fazer a diferenciação entre ambas.

Mas na era da produção em escala, o capitalismo também criou uma forma “sofisticada” de cultura, no sentido de sofisma, e não de sofisticação, tirando tudo o que há de profundo e espontâneo – uma vez que a cultura popular sobreviveu como forma de narrativa do processo de ser povo, e foi passando, oralmente de geração a geração – a cultura de massas é uma caricatura desta cultura popular, cujo grande objetivo desta cultura mercadológica, é ganhar dinheiro.

A própria esquerda sucumbe a esta tentação. No Congresso da CUT de 2012, por exemplo, o que se cantou no encerramento é de fazer os militantes de cultura popular chorarem. O evento foi encerrado ao som de “eu quero tchum, eu quero tcha” e porcarias afins. Os sindicatos também sucumbem esta

lógica e em lugar de trabalharem por cultura popular acabam por cair na tentação e morder a maçã do burlesco.

Enquanto a cultura popular cria formas de transcender a realidade através do belo e faz a crônica da vida das pessoas do povo miúdo, a cultura de massas é um epifenômeno, cuja característica principal é ser uma cópia mal feita, borrada dos processos de cultura popular, que se retroalimenta não na busca de reproduzir valores através da beleza e da manifestação artística, mas de se valorizar através da venda.

A comparação seria entre o artesanato e a indústria. Podem-se fazer produtos melhores e mais duráveis através da indústria e da produção em série, isto ninguém nega (seria como negar 200 anos de progresso), mas não se pode fazer cultura num processo alienante. O processo de produção em massa é o processo da alienação e do fetiche, a cultura sempre foi uma forma de se reificar, de se reapropriar da própria humanidade, da essência do ser humano. Ou seja, sempre foi crítica à margem do processo de massa. Por isso, quando a cultura

começa a ser feita da mesma forma que se fazem fogões e geladeiras, ela fica grotesca. O filósofo francês Alain Badiou coloca a poesia como uma das formas de se reapropriar um sentido humano, uma narrativa no meio do caos pós-moderno.

O problema é que tem muita gente na esquerda que perdeu o fio da meada e o viés histórico e filosófico do que seja cultura. Passou a confundir cultura de massa com cultura popular, ou seja, aquela cópia caricata feita pelo mercado e para a grande mídia com as manifestações legitimamente populares.

Passou a considerar o burlesco e o vulgar (que se repete infinitamente e se fixa como osmose e não se cria como narrativa de um povo), como símbolo de manifestação popular. Na verdade este burlesco e vulgar vendidos são para imitação. Essa caricatura impostas de cima para baixo, e são fixadas como verdades, para as cabeças já vendidas e entregue de alguns como “cultura popular”. O clone burlesco toma o lugar da cultura popular original.

Neste processo de mistificação as manifestações genuinamente populares vão perdendo espaço e vez,

voz e continuadores, pois a cultura popular, fixada e herdada na oralidade, perde seus continuadores e sucumbe, vista no processo de liquidificador cultura falsamente democrático como “folclore” ou “ultrapassada”. Nos programas “Esquenta” da vida, se perpassa uma falsa visão de “democracia”, no qual o liquidificador da mídia tritura os processos de voz da classe oprimida e os transforma em enlatados que caibam na sua grade curricular.

Então, fazer uma oficina na qual se canta e dança jongo, maracatu, coco, embolada, samba de quadra, afoxés, cantos de orixás, maxixe, toda a infinita gama de cultura popular de imensa riqueza que corre risco de extinção é simbólico. Significa que continuamos lutando pela sobrevivência de uma cultura na qual nós não somos a cópia burlesca que a mídia faz de nós mesmos, mas reproduzimos perenemente a cultura popular autêntica, crônica de alma de um povo.

*Diretor do Departamento de Cultura e Formação

Happy Hour de Final de Ano

Tatiana Lima*

Promovido pelo Departamento de Cultura e Formação, o *Happy Hour* de Final de Ano do Sisejufe, realizado em 19 de dezembro, no espaço Novo Scala, Centro do Rio, teve a participação de cerca de 400 servidores e servidoras, que lotaram a pista de dança a noite toda. Com um repertório eclético – sucessos atuais e das décadas de 70, 80 e 90, além de muito pop, rock e samba – promovido pelas atrações Vaguinho do Vilar e banda Libido, a festa alcançou diferentes gerações da categoria do Judiciário Federal. Nos intervalos, o DJ da casa não deixava ninguém abandonar a pista de dança.

O *Happy Hour* de Final de Ano foi o terceiro evento elaborado pela gestão 2011-2014 do Departamento de Cultura e Formação. A proposta dos diretores sindicais é diversificar temas e estilos das festas promovidas pelo sindicato gerando a união da categoria independente da faixa etária dos servidores e servidoras.

“Essa festa foi organizada com muito carinho pelo Departamento de Cultura. Queremos sempre tentar levar diversão e promover um espaço de confraternização prazeroso. Vamos brindar ao novo ano e a vitória da nossa luta. Vamos celebrar nosso reajuste”, disse o coordenador do Departamento de Cultura e Formação, Adriano dos Santos Nunes.

“Nossa categoria merecia uma grande festa para brindar o ano de luta pela aprovação do nosso reajuste. Com dedicação e raça, enfim, conseguimos arrancar do governo nosso aumento: 90% em cima da Gratificação Judiciária. Um reajuste possível a partir da luta da diretoria



Roda de Samba Vaguinho do Vilar abriu o *Happy Hour* de Final de Ano do Sisejufe no espaço Novo Scala

do Sisejufe e de toda a categoria do Rio, além dos valorosos companheiros dos diversos estados”, afirmou a diretora sindical Mariana Liria.

Atrações

A roda de samba dos integrantes do grupo Vaguinho do Vilar foi a primeira atração da noite, os rapazes tiveram a difícil incumbência de descontrair e quebrar a timidez dos participantes da festa. A missão foi cumprida com louvor ao som de muito pagode, samba de exaltação e pérolas de sambas enredos. Sucessos como “Kizomba! Festa da Raça”, “Liberdade! Liberdade! Abre as Asas sobre nós”, “Aquarela” e “Hoje é Dia” não deram descanso aos pés e pernas dos participantes. A ordem era sambar.

Mas foi a banda Libido que inflamou a pista de dança com uma mistura de rock, pop, hit’s dos anos 70, 80, 90, e até funk. Criada em 1996, a banda possui seis componentes: Gabriel (bateria); Guga Leão (baixo); Rodrigo Fernandes (guitarra); Andrey Caron (teclado), Mauricio Leone e Isabela Vieira (vocalistas). É atração certa em boates como Hard Rock Café, na Barra.

O repertório da Libido é eclético.



Pensionistas e aposentados filiados ao sindicato participaram da festa

Com um repertório eclético – sucessos atuais e das décadas de 70, 80 e 90, além de muito pop, rock e samba – promovido pelas atrações Vaguinho do Vilar e banda Libido, a festa alcançou diferentes gerações de servidores e servidoras do Judiciário Federal



Servidores da Justiça Federal Militar prestigiaram a festa

do Sisejufe celebra 2013

Fotos: Tatiana Lima



Varia entre rock nacional e internacional (Charlie Brown Jr, Jota Quest, Skank, O Rappa, RPM, Ultraje a Rigor, The Cure, The Police, The Smiths, Bon Jovi, Santana, Marron 5, Dire Straits, entre outros) e muito pop (Katy Perry, Lady Gaga, Rihanna, Shakira, Lulu Santos, Madonna e até Naldo). Com tanta animação, o *Happy Hour* de Final de Ano varou a madrugada.

*Da Redação.

“A festa foi organizada com muito carinho. Queremos sempre levar diversão e promover a confraternização. Vamos brindar ao novo ano e a vitória da nossa luta”, disse o diretor do Departamento de Cultura Adriano Nunes

“Nossa categoria merecia uma grande festa para brindar o ano de luta pela aprovação do nosso reajuste. Com dedicação e raça, enfim, conseguimos arrancar do governo nosso aumento: 90% em cima da Gratificação Judiciária. Um reajuste possível a partir da luta da diretoria do Sisejufe e dos valerosos companheiros dos diversos estados”, afirmou a diretora sindical Mariana Liria



O Sindicato McDonald's

Que os sindicatos estão burocratizados, é lugar comum. Que têm dificuldades em se referenciar na base e mobilizá-la, é sabido. Que estão perdendo o norte do processo emancipatório e da política classista, que vai além do umbigo da categoria e carrega uma plataforma que abarque a política de toda a classe para toda a sociedade, também é notório. Todavia, há que se refletir sobre o bloco histórico pelo qual passa a classe trabalhadora. Neste caldo de cultura, “cultura de massa” no sentido crítico de Theodor Adorno (a indústria cultural) é que se insere a base de trabalhadores. E como de certa forma também, muitas vezes acriticamente, nesse caldo estão as direções sindicais, surge o que chamo de ‘Sindicato McDonald’s

Roberto Ponciano*

Era eficiente a propaganda do McDonalds, quando de sua chegada ao Brasil. Vou morrer e lembrar eternamente: “dois hambúrgueres, alface, queijo, molho especial, cebola, picles num pão com gergelim”. Era eficiente, dava água na boca. Aparecia sempre uma menina simpática, sorridente, com uniforme limpinho, e tinha mais na propaganda: se em três minutos seu lanche não fosse entregue, o Big Mac, as batatas fritas e a infalível Coca-Cola, você não pagava: consumidor satisfeito, e sempre com a razão, acima de tudo.

Mais tarde, porém, conheci a realidade de uma antiga namorada que trabalhava para rede de *fast-food* sob salário mínimo, sem direito à vale-refeição (o “almoço” eram os lanches da rede), 30 minutos para comer correndo, suando, aprendendo a ser “multitarefa”: fritar, obedecer, limpar, obedecer, sorrir, obedecer,

cortar salada, obedecer, tomar esporro, obedecer, ter foto de funcionário do mês, obedecer. Os piores pesadelos de “Admirável Mundo Novo” eram, então, a engordurada realidade.

O ser kafkiano do *Castelo*, do *Processo* e da *Metamorfose*, existe. Se alguém que trabalhe no McDonald's se filiar a um sindicato, em todo mundo, é demitido, se reclama, é demitido; se atrasa, é demitido. Mas os consumidores estão satisfeitos. A coisa mais embrutecedora no mundo moderno é a redução *ad absurdum* das pessoas a consumidores. Se o seu Big Mac atrasar, caro leitor-consumidor estúpido (“nossa, que é isto, o ensaísta está me chamando de estúpido, de idiota, ele não pode fazer isto, o cliente tem sempre razão! Afinal, eu pago o sindicato!”, você me responderá), a culpa será sempre de algum trabalhador explorado, mal pago, morador de favela. Você poderá gritar, colocar o dedo na cara, exigir o lanche infalível do Palhaço Ronald em três minutos.

No Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe, ocorrido em Brasília no mês de agosto passado,

escutei diversas vezes: “Temos que agradar a nossa clientela”. Observem, na Fenajufe não há nenhum sindicato filiado à Força Sindical, à UGT ou a centrais ditas “pelegas”. Os sindicatos da Fenajufe ou são filiados à CUT ou à Conlutas – em tese, duas centrais sindicais classistas. Vamos, então, analisar esse tal “público alvo”, nossos “clientes em potencial”, que no caso dos sindicatos cada vez mais e mais se comportam como clientes do McDonald's. Não conseguiremos compreender o comportamento das direções se não compreendermos antes a base de trabalhadores com a qual esta direção lida. Somos seres humanos históricos, criados pelo caldo de cultura de nosso bloco histórico. Que seres humanos estão sendo formados neste início de século XXI, que “cultura de massa” os sindicatos enfrentam, que relações se podem criar a partir daí. A declaração de que temos de “agradar nossa clientela”, “atingir nosso público alvo” ou coisas afins seriam bastante estranhas a um dirigente de um sindicato nas décadas de 60, 70 ou 80.

Enquanto na década de 60, no

auge da contracultura, não havia intenção por parte nem dos escritores, nem dos músicos, nem das lideranças de “agradar a clientela”, as lideranças sindicais passaram por metamorfose inversamente proporcional e agora buscam “agradar a clientela” e atingir o “público alvo”. Pesquisas de marketing e aulas com marqueteiros muitas vezes substituem os estudos de Gramsci, Lênin, Rosa Luxemburgo, Marx. O trabalhador virou consumidor e seu sindicato é cada vez mais “instituição formalista”, cada vez menos sindicato.

Sindicato é órgão de mediação de classe, na luta Capital x Trabalho, de regulação da exploração da força de trabalho e da mais valia. É órgão político. Não é partido político, não faz disputa de hegemonia na sociedade, quem faz isto é outro sujeito coletivo, os partidos. É fato que partidos que não conseguem se representar na sociedade usam sindicatos como correias de transmissão e tentam passar suas políticas, de forma sub-reptícia. Afirmo que nem os sindicatos hegemonzados por partidos



de extrema-esquerda, que sequer têm 1% do eleitorado, escapam da sina do Sindicato McDonald's.

Nos Sindicatos McDonald's, o investimento em lazer, sede campestre, festas, convênios são dezenas de vezes maiores que em formação. Até mesmo as mensalidades vão para o mercado financeiro, no qual justamente se instala o grande Capital. E com este mercado, os trabalhadores pagam juros! Não falo em luta política, porque a luta por maiores salários não retira do sindicato o rótulo de McDonald's. Querer ganhar mais para consumir mais, ainda que esteja de forma direta relacionada à questão da regulação Capital x Trabalho, está completamente subsumido ao estilo político de manutenção do *status quo*, que faz do sindicato engrenagem no sistema "ganhar mais para consumir mais". Isto nada tem a ver com política emancipatória seja o sindicato da

CUT, Conlutas, Força Sindical, UGT, PQP etc.

A lógica é perversa. Aqueles sindicatos que conseguem organizar a categoria para lutar, efetivamente só o fazem para lutar por melhores salários ou benefícios. Não há discussão de classe, consciência de classe, conteúdo de classe, visão para além do umbigo sindical. A lógica é fazer melhores acordos coletivos com ganhos salariais maiores e ponto final. Em muitos sindicatos aposentados e pensionistas são sacrificados, numa lógica de se fazer acordo somente para os "ativos", seja na famigerada política de "divisão de lucros", ou em aumentos em valores que só são pagos durante a vida ativa do trabalhador, apenando aposentados e pensionistas ou licenciados por saúde, no caso das empresas privadas. Como não há discussão de classe, de pertencer, de fazer parte, não há espaço para discussões classistas.

No setor público, a lógica da luta

apenas pelo salário, com partes da categoria sacrificando conquistas históricas (veja o movimento pró-subsídio no Judiciário e MPU que é capaz de sacrificar conquistas históricas para privilegiar apenas parte da categoria), com aumentos só em gratificações, que não são repassadas a aposentados ou setores da categoria (quando o governo sinaliza aumento só para os professores das universidades, sacrificando todo o restante dos trabalhadores da base universitária), mostra que a lógica é puramente monetária.

A grande verdade é que por baixo da retórica "classista" tudo que "incomode" a categoria, tudo que cause polêmica, tudo que perturbe a relação de consumo, a relação trabalhador sindicalizado/consumidor x McDonald's é sacrificada. As pautas chamadas transversais, como o racismo, a homofobia, o machismo, o aborto, as cotas, em geral, aparecem nas plenárias e ou

"No Sindicato McDonald's, os diretores sindicais se tornam administradores viciados na máquina e preocupados que a entidade funcione como se fosse uma empresa"

congressos como movimentos catárticos. Nestes momentos de culto, a vanguarda da categoria esboça seus altos voos teóricos e se digladiava sobre temas que no dia seguinte à plenária serão inevitavelmente descartados da pauta principal.

Qualquer política de controle da exploração do trabalho, com redução da jornada, enquanto a lógica for de Sindicato McDonald's, será fadada ao fracasso. As relações com a categoria não preveem nenhuma contradição dialética, nenhum embate. Até a democracia nas relações de trabalho não são discutidas. Eleição por servidores para presidente ou diretor geral de tribunais é vista como utopia. A classe estudantil lutou e conseguiu que pelo menos 20% dos assentos em todos os colegiados das universidades fossem reservados a estudantes. Mas a vanguarda, que de vanguarda só tem o nome, tem posição "vanguardista olímpica", não indo para a disputa na base das concepções da plataforma dos trabalhadores.

Assim, em tese, os sindicatos defendem a redução da jornada, a luta pelas seis horas, mas todas as vezes que sentam para negociar, a primeira coisa que é sacrificada é a redução/regulação de jornada, ora para "não atrapalhar os aumentos" (ainda que redução de jornada seja aumento salarial direto), ora para não atrapalhar as "divisões anuais de lucro" (ou seja, o direito é vendido na mesa de negociação), ou ainda trocada por aumento nos percentuais de horas extras (novamente um direito vendido na lógica de trabalhador como "pequeno patrão corresponsável" pela empresa).

Vanguardismo não é vanguarda. Os sindicatos McDonald's, de todos os matizes, trabalham na lógica da popularidade, eleição, manutenção das máquinas sindicais. Assim, qualquer tema polêmico, que atrapalhe a hegemonia (vista apenas e tão somente como hegemonia eleitoral), tem que ser sacrificado. A base não é vista como o conjunto dos trabalhadores que necessita do sindicato como órgão de intermediação para entender e



“Ao dirigente sindical, cabe apenas entregar o aumento. Poderá ser pelego, de direita ou de esquerda, desonesto, ter uma mentalidade empresarial ainda que esteja num sindicato, poderá ser o que for. Afinal, a relação com este novo sindicalista é uma relação de consumo, não uma relação política”

despertar para a luta de classes. A base é vista como o senso comum diluído, que vota de tempos em tempos para manter um grupo na máquina sindical.

Não à toa, em eventos culturais dos diversos sindicatos, que vivem reclamando da hegemonia da TV Globo, se reproduz o pior da cultura hegemônica de massa quando se poderia estar investindo na defesa da cultura popular contra-hegemônica. Quem aponta as contradições pode ser chamado de “elitista”. Os sindicalistas incorporaram as visões hegemônicas e nem se dão conta. Por isto se gasta dez vezes mais em um setor jurídico de resultados do que num setor de imprensa de formação. Por isto os grandes temas de classe e de qualquer luta social são sempre sacrificados na lógica de não “assustar” o eleitor/cliente para que daqui a dois ou três anos o seu voto seja garantido. Não se falará, por exemplo, na perseguição aos cultos afro-brasileiros e na necessidade de defesa do Estado Laico, numa base

com perfil religioso católico ou protestante conservador e se deixará de lado a pauta da emancipação feminina ou do aborto, por exemplo. Não se pode molestar a clientela.

No Sindicato McDonald's, os diretores sindicais se tornam administradores viciados na máquina e preocupados que a entidade funcione como se fosse uma empresa. Assim, em suas respostas, por e-mail, Facebook, ou na abordagem direta, o dirigente sindical vira uma espécie de atendente de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) sempre preocupado na maior satisfação ao cliente, concordando com tudo o que ouve. Eis o momento em que o dirigente sindical se tornou entregador de Big Mac.

E na lógica pervertida do sindicalizado-consumidor, se algo sair errado com o sanduíche, a culpa é do dirigente sindical.

Assim, ao dirigente sindical, transmutado numa espécie de vendedor de Big Macs, cabe apenas entregar o aumento. Poderá ser pelego, de

direita ou de esquerda, desonesto, ter uma mentalidade empresarial ainda que esteja num sindicato, poderá ser o que for. Afinal, a relação com este novo sindicalista é uma relação de consumo, não uma relação política ou de mediação de consciência de classe. As lutas não são coletivas, são delegadas, constroem-se greves vazias em que a vanguarda é substituída por profissionais contratados pelo sindicato e a relação com o sindicato é sazonal, restrita apenas à época do aumento/dissídio.

Não é possível sindicatos construir lutas emancipatórias, de quaisquer tipos, enquanto não tiverem a coragem de se tornarem impopulares num primeiro momento e destruírem a lógica de Sindicato McDonald's. Para isto a construção de uma vanguarda real, que dispute corações e mentes na base, no cotidiano, é fundamental. Sem o vanguardismo estúpido de se construir políticas de vanguarda só para as plenárias e congressos, mas disputar estas políticas no dia a dia, construindo uma sólida consciência de classe. Sem o basismo obreirista de ver a base como intocável, na verdade, a base reduzida ao mero papel de consumidora votante, que oferta o voto e em lugar recebe o aumento, mas na visão de base de categoria como trabalhadores nos quais se constrói a consciência de classe.

Ou enfrentamos e revertermos, com contracultura de classe, a ideia de sindicato de consumidores para construirmos uma luta emancipatória de trabalhadores coparticipantes, constituintes de consciência e unidade de classe, ou não conseguiremos construir ou interferir em qualquer política ou projeto de país. Esta organização de Sindicatos McDonald's não nos serve. Necessitamos de outra, de sindicatos formadores e combatentes, construtores de um perfil classista de luta sindical que seja crítico e invista em formação política.

*Diretor sindical, Roberto Ponciano é escritor. Mestre em Filosofia com especialidade na área da Ética. Edição jornalista Henri Figueiredo.

JB no país da privatária

Fulgêncio Pedra Branca*

Além de escritor diletante, filósofo de botequim, também sou meio analista de Bajé, aquele do “joelhoço”, que resolvia os problemas de frigidez se trancando com as clientes bonitas por horas no consultório. Talvez por isto, com todo este arererê sobre o mensalão (ou será anauê?), acabei tendo um sonho em que se misturam realidade e ficção.

Sonhei com um personagem da história do Brasil, que prefiro não relatar quem é, por conveniência minha, e que decidirei apelidar de JB. Um personagem contraditório, que até há poucos meses, quando chamava um par seu de coronel e jagunço era odiado por todo o pessoal do PIG (Partido da Imprensa Golpista), do Anauê, e que de uma hora para outra vestiu a capa do Batman e foi transladado a herói nacional por esta mesma direita elitista e branca brasileira. A seguir vou relatar meu sonho com JB.

JB viu um coelhinho branco com o rabo todo sujo de preto, e decidiu segui-lo. O coelhinho se chamava Mídia e tinha problemas de identidade, ora seu rosto era do Noblat, ora do Jabour, ora do Diogo Mainardi. Sua pele era alva, branquíssima, da cor de pele da elite e tinha olhos azuis, porque só quem é branco com olhos azuis deve ter direitos na terra de Pindorama.

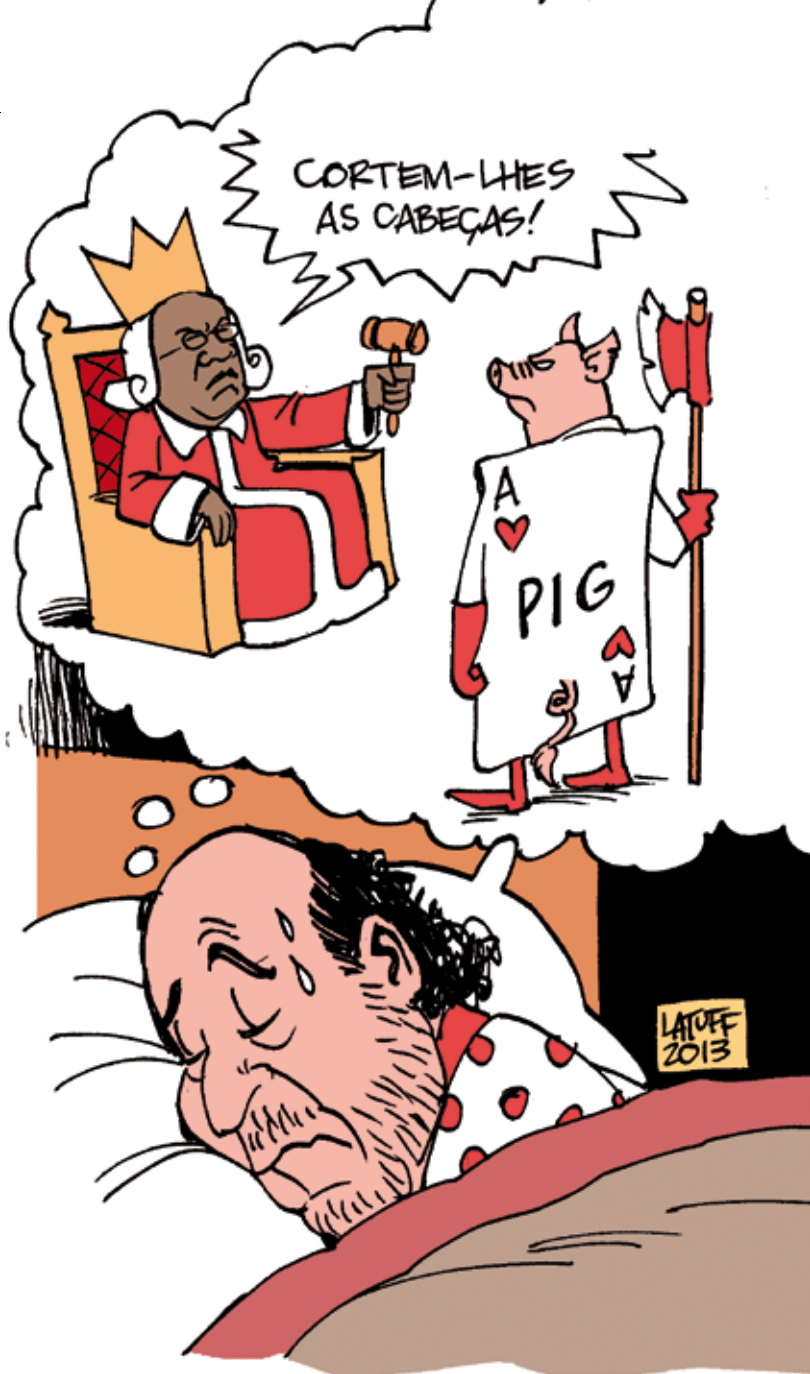
JB estranhou um pouco só o

cheiro, porque, mesmo branquinho, o rabo do coelho estava todo sujo, e por mais que o coelhinho tentasse se limpar nas árvores, nem o cheiro, nem o pretume saíam. O coelhinho lhe disse: menino pobre, te faço um cordel de capa de revista e te faço famoso, tu vai estar em tudo que é revista, igual Gisele Bidixen, só tem que cruzar o espelho.

A sujeira do rabo do coelhinho branco de olhos azuis cheirava à privatização, à PROER, à compra de voto das eleições, a Valerioduto, a lista de Furnas, mas JB, por gostar de uísque da mesma sigla, tomou mais um gole, esqueceu da histórica dor nas costas e cruzou o espelho. Lá havia mais coelhos de olhos azuis, pelos brancos e fedorentos. No país Cansei das Maravilhas Privatizadas, JB se olhou no espelho. Sua roupa quadriculada de Alice no País das Maravilhas o fazia ser perseguido, numa briga com o rei mau de Copas, também conhecido como Gilmar Coronel, mas, sonho dos sonhos, espelho dos espelhos, o rei mau não era mais o Coronel Gilmar, que agora era só um bobo da corte que brincava de roda com JB.

O rei de Copas, capa de revista internacional, encantado com a própria miragem, agora era JB. JB estava duplicado: o menino pobre de Alice no País das Privatizações, também era o rei malvado de Copas e mandou cortar as cabeças, queria tingir de vermelho as rosas brancas, para satisfazer o coelho do PIG.

O rei JB, quanto mais cabeças cortava, mais famoso ficava, saía



em todos os jornais, revistas, e conseguiu participar de uma micareta da Regina Cansada Duarte, da Ana Maria Brega e Ivete Tô Cansada Sangalo. Até uma cartinha psicografada da Hebe ele recebeu.

Pensou: “agora posso curtir umas férias com muito lúpulo e malte estrangeiros e tratar do meu torcicolo na Alemanha, porque este coelhinho da mídia fede muito”. JB tenta acordar do pesadelo, mas está preso nele, com seu vestido de rei de Copas sanguinolento, ele é agora um dos próprios artífices do País Cansei Privatizado das Maravilhas.

JB, sonho ou pesadelo?

Acordei deste pesadelo, assustado, com medo de que o PIG retor-

nasse ao poder no Brasil, e voltássemos a ser o maravilhoso País das Privatizações. Era dia de finados, e fiquei aliviado e feliz, porque era também em que se comemorava o dia do enterro político do Zé Vampir em São Paulo. Fiquei conformado por o PIG ser bom de tapetão e ser ruim de voto. Os sonhos do PIG de retorno ao poder não se realizarão através do tapetão. O Brasil não é Honduras nem Paraguai e eleição ainda se ganha na urna. Isto é minha catarse deste pesadelo com JB.

*Fulgêncio é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

18º Curso Anual do NPC ressalta a comunicação dos trabalhadores na disputa de hegemonia

O evento reuniu dirigentes e jornalistas de sindicatos de diversos estados e categorias do Brasil para destacar o papel dos trabalhadores e da comunicação popular na América Latina como fundamentais na composição de uma comunicação contra-hegemônica no mundo de hoje

Tatiana Lima*

Cerca de 300 pessoas participaram dos debates e palestras realizados no salão de convenções do Hotel Rio's Presidente, na Praça Tiradentes no Rio, entre os dias 21 e 25 de novembro do ano passado. As experiências em comunicação de sindicatos foram apresentadas no painel “Comunicação Sindical Hoje”. *Ideias em Revista*, publicação bimestral do Sisejufe, foi um dos destaques do painel.

Roberto Ponciano, coordenador de Imprensa do Sisejufe, enfatizou que “imprensa sindical não é panfleto”. Para ele, a pauta deve estar além de interesses partidários e de diretores sindicais. “Nossos assuntos devem ser sempre amplos e atualizados, disputando ideias com a mídia comercial e despertando o interesse dos trabalhadores”, disse Ponciano.

O coordenador de Imprensa destacou exemplos de temas abordados em *Ideias em Revista*, como exemplos de luta para ganhar “corações e mentes” da categoria dos servidores e servidoras do Judiciário Federal. São assuntos que servem para qual-

quer outra categoria, dentre eles, o caso dos pescadores da Associação Homens do Mar (Ahomar), que foram assassinados por denunciarem arbitrariedades do Comperj; a discussão da violência contra as mulheres; as remoções promovidas pela prefeitura do Rio devido às obras da Copa e as Olimpíadas; e o caso de Pinheirinho.

“Para disputar a hegemonia, temos que mostrar o que a mídia comercial silencia. Basta apresentar o nosso olhar em relação ao que a mídia hegemônica trata e como certas informações não são apresentadas a público”, deu a dica Roberto Ponciano.

Vito Giannotti, coordenador do NPC, avaliou a produção e a qualidade de *Ideias em Revista* como modelo para outros sindicatos. “Não basta só fazer uma revista. A nossa comunicação precisa ser bonita, ter conteúdo de qualidade. A revista do Sisejufe é uma das que possui a maior qualidade no mundo sindical. É exemplo. É assim que se faz disputa de hegemonia!”, concluiu.

Mídia e opinião

Edson Munhoz e Fátima Lacerda, do Sindicato dos Petroleiros do Rio, também participantes do painel, e



Da esquerda para a direita: Sergio Bertoni (TIE-Brasil), Fátima Lacerda (Sindicato dos Petroleiros-RJ)

abordaram a necessidade de investimento na produção de conteúdo em diferentes plataformas de mídia. Os Petroleiros possuem uma agência de notícias (Agência Petroleira de Notícias), produzem programas de rádio (com um estúdio próprio) e de TV na internet. “Entendemos que essas ferramentas hoje são fundamentais para disputar no dia a dia a posição política dos trabalhadores frente ao noticiário dos grandes jornais comerciais, que certamente não informam de forma neutra e tão pouco ajudam a pauta dos trabalhadores em empresas como a Petrobrás”, disse Edson Munhoz, diretor de comunicação do Sindicato dos Petroleiros.

***Ideias em Revista* foi destacada como modelo de imprensa sindical pelo coordenador de comunicação do NPC Vito Giannotti**

Comunicação dos Trabalhadores na sociedade



Fotos: NPC

Angela Melo (Sintese), Roberto Ponciano (Sisejufe) e Edson Munhoz (Sindicato dos Petroleiros-RJ)



Fotos: NPC

Vito Giannotti

Internet: plataforma de disputa

Ferramentas digitais próprias. Para Sergio Bertoni, da Tie-Brasil, esse é o tema ainda pouco discutido pelos sindicatos: a necessidade de criação de ferramentas digitais próprias em oposição a softwares e redes sociais proprietárias. Para tentar contrapor às várias tentativas de controle da internet, ele apresentou a iniciativa do *Blogoosfero*. Uma rede criada para ser um serviço livre e colaborativa da esquerda brasileira na qual as organizações possam ter sites, portais e blogs hospedados.

Segundo Bertoni, o *Blogoosfero* nasceu com conceito de rede social federada. Permite, portanto, que

Imprensa do Sisejufe é premiada

A *Ideias em Revista* foi vencedora da 6ª edição do Prêmio de Jornalismo “Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social”, com a matéria “Remoções de moradores abrem espaços para a Copa e as Olimpíadas”, da jornalista Tatiana Lima, publicada na edição nº 34. O trabalho jornalístico ficou com o 1º lugar da categoria reportagem escrita. A repórter ainda foi premiada na quarta colocação com a reportagem “Um dia



numa Deam”, que revela como a violência contra a mulher ainda é comum, publicada em *Ideias em Revista*, na edição nº 33. Organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (Cress-RJ), a premiação “Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social” recebeu nessa 6ª edição 47 inscrições para a categoria re-

portagem escrita. Os vencedores foram anunciados no auditório do Cress-RJ, no Centro do Rio. A premiação contempla ainda trabalhos jornalísticos de rádio e TV. Os outros vencedores foram o jornal *Maré de Notícias*, a revista *Rio Pesquisa* (FAPERJ), o *Jornal do Engenheiro*, o *Jornal do Brasil Online* e a *Agência de Notícias Pulsar Brasil*.

diferentes redes sociais se conectem umas com as outras. “Ou começamos a produzir nossas ferramentas ou continuaremos nas mãos das grandes empresas, usando a tecnologia deles. De trabalhadores braçais passaremos a idiotas digitais”, ponderou Bertoni. Para saber mais, basta acessar <http://blogoosfero.cc>.

História Social do Trabalho

Antes da apresentação da mesa “Comunicação Sindical Hoje”, a professora Larissa Correa, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fez uma breve explicação sobre a história social do trabalho. Segundo ela, a partir dos

anos 1980, houve uma mudança de paradigma nos estudos. Se antes os escravos e os trabalhadores livres eram vistos como seres passivos, objetos do domínio completo do Estado, atualmente, existe a perspectiva de agentes. Para aprofundar o debate, a professora indicou a leitura do artigo “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, disponível em <http://migre.me/c5PUS>.

*Da Redação.

Feuduc, uma faculdade administrada por trabalhadores

Max Leone*

Fotos: Max Leone

Os esforços, a obstinação e o compromisso com a educação de qualidade de um grupo de 11 professores e profissionais liberais da região, além de ex-alunos, começam a dar os primeiros resultados, no que se pode chamar de renascimento da Faculdade de Ciências e Letras de Duque de Caxias (Feuduc), na Baixada Fluminense. Após passar por um longo período de “caos administrativo”, que levou ao acúmulo de dívidas trabalhistas, fiscais e tributárias nas duas últimas décadas – da ordem de R\$ 10 milhões – contas bloqueadas, penhoras e salários atrasados de professores e funcionários. O regime de cogestão iniciado em junho de 2012, apesar das dificuldades, mostra que é possível a Feuduc voltar a ser referência de instituição educacional voltada para a população de baixa renda dos municípios da região. O primeiro indício de que o trabalho está no caminho certo é o resultado do vestibular promovido no meio do ano passado. Depois da seleção em junho, 600 alunos foram inscritos em um dos sete cursos oferecidos pela faculdade. O objetivo é transformar a instituição, que é uma fundação, em uma cooperativa.

“Ainda estamos no começo de um trabalho árduo. Estamos diante de muitos problemas, dívidas e falta de estrutura. Mas todo esse esforço será recompensado. Nosso objetivo é fazer a Feuduc voltar a ser uma oportunidade para a população, como foi em anos anteriores no coração da



Antônio Augusto Braz é professor de História e também diretor da Feuduc no atual regime de cogestão

Professores e ex-alunos assumem administração da Feuduc, em regime de cogestão, em Duque de Caxias, para recuperar e voltar a dar oportunidade de acesso à educação de qualidade à população da região

Baixada Fluminense. Vamos retomar a vocação de formação de professores. Em 20 anos, foram 15 mil professores formados. Cerca de 70% dos docentes da região passaram pelos bancos da Feuduc”, enumera Antônio Augusto Braz, professor de História e diretor da faculdade no atual regime de cogestão, que é formado pela própria Feuduc.

Fundada há 48 anos, a Feuduc viveu o auge até meados dos anos 80. Antes de a cogestão ser implan-

tada – a primeira experiência do tipo na Baixada Fluminense – eram apenas 198 alunos que restavam nos quadros em dezembro de 2011. No ápice das atividades acadêmicas, a entidade chegou a ter, pelo menos, três mil estudantes (contando os do Colégio de Aplicação) e 120 professores e funcionários. A partir da década de 90, segundo Antônio Braz, começa o declínio administrativo, intensificado no começo dos anos 2000. De acordo com o

diretor, entre 2003 e 2008 os funcionários conviveram com atraso médio de salários de três meses. A situação piorou nos anos seguintes. Em 2010, foram até dez meses com as remunerações atrasadas.

“Diante desta situação, os bons professores saíram da faculdade. Não havia condições de ficarem tanto tempo sem receber salário. Outros foram expulsos e demitidos por pressionarem a então direção para receber salários. Todo o acervo foi dilapidado devido à má administração”, relata o professor.

A luz no fim do túnel surgiu em 2010, após um dos donos da Feuduc ter sido condenado pela Justiça a ressarcir a instituição. Em seguida, um grupo de ex-alunos propôs a professores que fosse negociada uma administração em regime de cogestão. Inicialmente, a proposta teve resistências dos donos da faculdade. Uma possibilidade de municipalização, com a Prefeitura de Duque de Caxias assumindo a

“Diante desta situação, os bons professores saíram da faculdade. Não havia condições de ficarem tanto tempo sem receber salário. Outros foram expulsos e demitidos por pressionarem a então direção para receber salários. Todo o acervo foi dilapidado devido à má administração”, relata o professor.



administração, chegou a ser cogitada, mas não foi levada à frente. Diante das derrotas sucessivas em ações judiciais, os donos sucumbiram e aceitaram a proposta: passaram a responsabilidade de gestão para a Associação de Professores Pesquisadores de História – (APPH-Clio), formada por ex-alunos. A iniciativa tem o apoio da Associação Missionária de Ação Social (Amas), uma ONG evangélica, ligada à Assembleia de Deus.

A fase de transição não foi tranquila. Após sete meses de negociações, no fim de 2011, finalmente o regime de cogestão é iniciado e a Feuduc toma conta da gestão. A associação assume também os problemas: ações judiciais que batem na porta e muitas questões administrativas por resolver, como a falta de documentação para manter o licenciamento de cursos no Ministério da Educação. “O começo da cogestão foi um caos. Um grupo técnico da faculdade ajudou a recuperar toda a documentação. Os professores tiveram que regularizar pendências administrativas no Ministério da Educação”, conta Antônio Braz.

*Da Redação.

Meta é dobrar o número de alunos

A Feuduc oferece atualmente cursos de licenciatura em História, Geografia, Matemática, Biologia, Letras/Literatura e Letras/Língua Inglesa. Também tem aulas de Ciência da Computação, cujos equipamentos estavam completamente sem condições de uso. Com a reestruturação, segundo Antônio Augusto Braz, a meta é dobrar o número de alunos com o vestibular de 2013, passando dos atuais 600 para 1.200. A mensalidade custa hoje R\$ 128 e será reajustada para R\$ 237, em 2013.

“Trabalhamos com metas de médio e longo prazos. Em três anos, pretendemos regularizar e reorganizar todas as pendências. Em cinco anos, transformar a Feuduc em um centro universitário. Em dez anos, finalmente, torná-la uma universidade. Sempre com a perspectiva de atender a população da Baixada Fluminense, aproximando os nossos cursos de saberes tradicionais

dos movimentos sociais”, afirma o diretor Antonio Braz.

O grupo que assumiu a Feuduc estuda saídas para os problemas financeiros. Com uma arrecadação mensal de R\$ 100 mil e uma folha de pagamento na casa dos R\$ 80 mil, sobra muito pouco para pagar as dívidas. Foram 57 ações trabalhistas com prazo de quitação só em dezembro de 2012. Uma forma de atenuar o débito de R\$ 10 milhões seria receber, segundo Antônio Augusto Braz, os R\$ 2 milhões que a Prefeitura de Duque de Caxias estaria devendo relativos ao não pagamento de aluguel de espaços da faculdade para o funcionamento de escolas municipais. “Sem contar a falta de pagamento das bolsas de formação referentes aos servidores da prefeitura que fizeram curso na faculdade. Isso ajudaria muito a minimizar nossos débitos”, explica.

Outra fonte de recursos seria a venda de um terreno de 100 mil metros quadrados que a faculdade

ganhou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), avaliado em R\$ 20 milhões. “A burocracia impede o andamento ágil desse processo. Mas estamos em negociação com o Incra e o Ministério Público das Fundações para tentar chegar a um acordo e poder vender o terreno”, explica, ressaltando que a venda, no entanto, não resolverá as dívidas fiscais. A Feuduc não poderá ter acesso a programas de financiamento do governo.

“Todo esse esforço vai valer a pena. Vamos fazer a inclusão social dando acesso à população ao ensino superior. São donas de casas, garçons, motoristas de ônibus que terão oportunidades de se formarem professores de alto nível. Vamos recuperar nossa vocação de formação. Há alunos que passaram por aqui que são mestres, doutores e até pós-doutores fora do país”, afirma orgulhoso. (Max Leone)

“Quem não reage tá

Depois de um ano com recordes de violência, sociedade civil paulistana consegue sua primeira vitória: o fim dos registros de resistência seguida de morte. Mas isso será o suficiente para breca uma das polícias que mais mata no mundo?



Textos e fotos:
Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá*

2012 terminou mal e 2013 já começou quente em São Paulo! Na primeira chacina do ano em 4 de janeiro, sete pessoas foram mortas no bairro do Campo Limpo, extremo sul da cidade. O local do assassinato em massa dista apenas 20 metros de outra cena de crime, essa filmada por um morador com um celular mostrando cinco policiais militares rendendo e atirando no servente de pedreiro Paulo Batista do Nascimento, em novembro passado. No mesmo dia e lugar, o amigo de Paulo, o ajudante Gefferson Oliveira Soares do Nascimento, também morreu, segundo a PM, ao “trocar tiros” com a polícia.

Por ato falho, ou não, os autores

do novo crime, todos encapuzados, desceram de dois carros e uma moto gritando “POLÍCIA”, enquanto atiravam a esmo atingindo os frequentadores de um bar e quem mais estivesse na rua. Ato contínuo, um Corsa preto teria parado na rua e recolhido os cartuchos deflagrados. O delegado-geral da Polícia Civil, Maurício Blazeck, chegou a afirmar no dia do crime que o cinegrafista amador estaria entre as vítimas, mas logo depois voltou atrás e desmentiu a declaração. De qualquer modo, o recado está dado!

O crime tem tudo pra engrossar a triste estatística, publicada também na primeira semana do ano: das 24 chacinas de 2012, com 80 mortos, apenas uma foi esclarecida. O único caso solucionado, a morte de três jovens na cidade de Poá, na Grande São Paulo, em 26 de dezembro, levou à prisão de seis

PMs, que negam a autoria. Diferente dos crimes como o assassinato de Daniela Nogueira de Oliveira (a grávida de nove meses que teve morte cerebral oficializada em 10 de janeiro) e de Caroline Silva Lee (a adolescente morta ao reagir a um assalto em Higienópolis em outubro de 2012), resolvidos poucas horas após os fatos com farta ajuda de perícias, no caso das chacinas, não há imagens de câmeras de segurança e testemunhas.

Ninguém quer falar e as cenas dos crimes são comumente adulteradas para atrapalhar qualquer investigação séria. O *modus operandi*, porém, é sempre muito parecido, com encapuzados saindo de motos ou carros sem identificação e atirando aleatoriamente. Outra “coincidência” é o local das ocorrências. Um levantamento de novembro passado mostra que pelo menos 16 chacinas

(com 28 mortes) entre junho e novembro de 2012 ocorreram a menos de cinco quilômetros de onde foram executados sete policiais.

Assassinos e assassinados

O ano passado, aliás, também teve recorde de assassinato de PMs em São Paulo, mais de cem, a maioria fora de serviço. Mas de acordo o comandante-geral da corporação, coronel Benedito Meira, não existe uma “vingança” policial. Segundo ele, também “não há suspeita de grupos de extermínio” (acesse a entrevista completa em <http://bit.ly/X2ymQc>). Declaração que contraria frontalmente opiniões e estudos de vários especialistas mostrados em reportagem de Tatiana Merlino, “Em cada batalhão da PM tem um grupo de extermínio”, publicada em setembro de 2012 na revista *Caros Amigos* (leia em: <http://bit.ly/Q79NNs>).

“já morto”

Fotos: Movimento Mães de Maio



Ninguém quer falar e as cenas dos crimes são comumente adulteradas para atrapalhar qualquer investigação séria. O modus operandi, porém, é sempre muito parecido, com encapuzados saindo de motos ou carros sem identificação e atirando aleatoriamente

Outra opinião contrária, é a do ex-chefe da Polícia Civil paulista, Marcos Carneiro de Lima. Ele admitiu publicamente que várias das vítimas de chacinas ou “resistência seguida de morte” tiveram suas fichas criminais levantadas em delegacias distantes de suas regiões antes de serem mortas, o que leva a suspeitas de execuções premeditadas.

Para alguns analistas, mesmo alguns dos policiais mortos, teriam sido executados por colegas de farda, aproveitando a onda de violência atribuída ao Primeiro Comando da Capital (PCC) ou como é chamado nos telejornais: “a facção criminosa que age dentro e fora dos presídios”. É o que pode ter acontecido, por exemplo, com o sargento da PM Marcelo Fukuhara, assassinado na Baixada Santista no início de outubro de 2012. Conhecido como “nin-ja” ou “japonês”, ele seria o chefe

de um dos mais temidos grupos de extermínio da região.

Logo após sua morte, um outro oficial não identificado pelo comando da PM foi preso, suspeito de ser o executor, o que não impediu que oito pessoas fossem mortas em duas chacinas na mesma área nas duas horas seguintes à morte do sargento. Fontes não oficiais de dentro da polícia também afirmam que a única oficial mulher assassinada em 2012, a soldado Marta Umbelina da Silva, teria sido vítima de seu ex-marido, um ex-policial. A informação, contudo, não pode ser confirmada, já que todas as investigações seguem sob sigilo. Sem acesso aos dados, somente depois da chacina do Campo Limpo, a imprensa noticiou que os PMs acusados pela morte de Paulo Nascimento foram libertados por cinco dias em dezembro, devido a um “erro interno”, mas não ligou os dois fatos.



Estudo do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo, publicado em dezembro do ano passado, mostra que 1.316 pessoas foram mortas em confronto com a polícia em 15 estados do Brasil em 2011. O Rio de Janeiro registrou o maior índice, com 524 mortes, seguido por São Paulo, com 460 mortos

Mortes “oficiais”

O que se sabe é que a polícia brasileira é uma das que mais matam no mundo. Estudo do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo, publicado em dezembro, mostra que 1.316 pessoas foram mortas em confronto com a polícia em 15 estados do Brasil em 2011. O Rio de Janeiro registrou o maior índice, com 524 mortes, seguido por São Paulo, com 460 mortos.

Nos primeiros nove meses de 2012, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, oficialmente 372 pessoas foram mortas em supostos confrontos com a polícia de São Paulo. Em dez anos (entre 2001 e 2011) o número chega a 5.205 no estado. Isso representa cerca de 10 a 15% das mortes violentas em São Paulo e a contagem vai explodir quando os dados de 2012 forem consolidados. Em novembro, por exemplo, houve 79 pessoas mortas por policiais, o maior número desde 2003 (quando começaram as estatísticas) e 75,5% maior do que o mesmo mês de 2011. No ano passado, apenas 13 PMs foram presos por “irregularidades que resultaram em morte”, segundo o coronel Meira. “É

lógico que macula nossa imagem, mas é importante punir para mostrar que não existe convivência”.

Para Débora Maria da Silva, coordenadora e fundadora do movimento Mães de Maio – grupo de parentes e amigos de civis mortos na repressão ao PCC em 2006 – os dados mostram que há uma linha direta ligando o Massacre do Carandiru, em 1992, aos crimes de 2006 (pelos quais nenhum policial está preso hoje) e à atual onda de violência. Segundo ela, o que mais revolta é a impunidade dos policiais matadores. “A explosão das mortes na periferia de São Paulo está ocorrendo há pelo menos três anos na Baixada Santista. E quem mais mata são os policiais e ex-policiais. Para mim, essa coisa de PCC é balela pra justificar a morte de civis. Eles entram em favela, mostram listas de policiais marcados pra morrer, mas não mostram as listas de civis. O próprio antigo secretário (Antonio Ferreira Pinto) tinha falado que todos os que morreram tinham ficha suja, mas como é que ele sabe?”, questiona Débora Silva.

E completa: “A verdade é que desde 2006 tem uma máfia de extermínio, com os policiais ganhando mais com bicos do que registrado na



Na Grande Mídia paulista, a troca de autos de resistência para a morte por serviço teve pouquíssima repercussão. Cada vez mais alheios à realidade, os preferem destacar reality shows, programas televisivos ou ações “cont



nomenclatura dos policiais em São Paulo. O que se discute, ocorre às vítimas. Os "jornalões" e premiações de combate à corrupção"

carteira. Com isso, ficam disputando os bicos e estão totalmente fora do controle do comando. Diferente do que disse o governador, quem não reage é que tá morto!"

Para entender melhor o surgimento do PCC e da nova criminalidade fardada no estado, sugerimos a leitura da matéria "São Paulo: as origens da violência", publicada no site *Outras Palavras* (Acesse em: <http://bit.ly/V3FWen>).

Autos de resistência

Talvez devido à pressão de grupos como o Mães de Maio, a perda da prefeitura de São Paulo para o PT (as eleições de 2014 estão às portas) ou a queda de popularidade do governo, o governador Geraldo Alckmin atendeu no início do ano (seguido dias depois pelo governador do Rio de Janeiro) a uma antiga reivindicação dos movimentos pelos direitos humanos: o fim dos "autos de resistência". Na resolução SSP-05 de 07/01/2013, a Secretaria de Segurança Pública indica a troca da expressão "resistência seguida de morte" nos boletins de ocorrência por "lesão corporal decorrente de intervenção policial" ou "morte decorrente de intervenção policial", dependendo do caso.

O texto também estabelece que os policiais devem preservar a cena dos crimes para a perícia e não devem recolher os cadáveres. O objetivo explícito é o "esclarecimento dos fatos e apuração da autoria e materialidade" no atendimento a "ocorrências de lesões corporais graves, homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e extorsão mediante sequestro com resultado morte". Contudo, também proíbe os oficiais de socorrerem ou transportarem feridos, indicando que os policiais devem sempre acionar o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (Samu). Ora, nas periferias, onde ocorre a maior parte dos confrontos com policiais, o acesso das ambulâncias é sempre muito difícil. Mas, aparentemente, ninguém no governo se preocupou com isso.



Débora Silva, uma das Mães de Maio

"A explosão das mortes na periferia de São Paulo está ocorrendo há pelo menos três anos na Baixada Santista. E quem mais mata são os policiais e ex-policiais. Para mim, essa coisa de PCC é balela pra justificar a morte de civis. Eles entram em favela, mostram listas de policiais marcados pra morrer, mas não mostram as listas de civis. O próprio antigo secretário tinha falado que todos os que morreram tinham ficha suja, mas como é que ele sabe?", denuncia Débora Silva, Movimento Mães de Maio

Na Grande Mídia paulista, a troca de nomenclatura dos autos de resistência para a morte por policiais em serviço teve pouquíssima repercussão. O que se discute, quando se discute, é a proibição do socorro às vítimas. Cada vez mais alheios à realidade, os "jornalões" preferem destacar reality shows, premiações de programas televisivos ou ações "contra a corrupção".

Um bom exemplo é a *Folha de S. Paulo*, cujo portal de internet mostrava no início da noite de 13 de janeiro, com muitas fotos e depoimentos, uma manifestação contra o PT e o ex-presidente Lula, na Avenida

Paulista, à qual teriam comparecido apenas cerca de 20 pessoas. Apesar de ter enviado um carro do jornal com um de seus melhores profissionais, a jornalista Laura Capriglione, o jornal não fez qualquer menção à passeata pela paz que reuniu mais de 200 pessoas na mesma tarde na rua dos diversos assassinatos no Campo Limpo, organizada para lembrar os mortos pela violência e exigir o fim da impunidade de policiais, bandidos e governos.

*Jornalistas
(<http://mediaquatro.com>)

“Não dá para fazer alguém que tem o que significa talvez você perder”

O desabafo é de uma adolescente de 17 anos que inspirou a personagem Flávia do livro *Diário de uma invasora*. Nascida e criada na tradicional comunidade do Horto Florestal, no bairro do Jardim Botânico, Zona Sul do Rio, a representante da quinta geração de uma família da comunidade conta no livro a história de luta e resistência das 620 famílias à ameaça de remoção. Para os moradores, o problema está na intolerância. Os vizinhos abastados da Zona Sul que não tolerariam pobres residindo ao lado deles

Tatiana Lima*

“Todos os dias tento explicar aos meus amigos da escola que não sou uma ‘INVASORA’. Minha família mora lá desde o meu tataravô. Mas eles não compreendem. Não dá para fazer alguém que tem mais de uma casa entender o que é você talvez perder a sua. Eles dizem que se o jornal diz que sou invasora, não é possível que minha família esteja certa. Isso dói”, diz a adolescente com os olhos marejados. Em *Diário de uma invasora* ela ganhou nome fictício a pedido dos pais preocupados com uma possível perseguição devido às revelações e opiniões descritas no livro.

A ideia da obra surgiu a partir dos conflitos da adolescente devido a ameaça de remoção. Conta a história de vários moradores da comunidade, e pretende ser uma ferramenta de informação à população. Flávia,

principal personagem do livro, acredita que a desinformação praticada pelos jornais, os interesses políticos e econômicos e o preconceito são os principais motivos da criminalização dos moradores da centenária comunidade do Horto Florestal a partir da alegação de invasão.

“Meu tataravô veio para o Horto no comecinho do século passado, quando o Horto não tinha nada, era só mato e charco. Depois meu bisavô, avô e pai nasceram aqui e todos trabalharam no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Todos tiveram licença para construir suas casas em terrenos próximos ao parque, onde minha família mora até hoje”, diz a adolescente.

Construída a partir da permissão verbal de administradores antigos do Jardim Botânico feita a funcionários, ao todo, a comunidade é composta por 620 famílias que lutam e resistem à ameaça de remoção. O perigo sempre circundou os moradores, mas segundo eles, após o anúncio do Rio como principal sede da Copa



Moradores da comunidade do Horto Florestal e AMAHOR em manifestação contra remoção



do Mundo e dos Jogos Olímpicos, a pressão aumentou.

O tema da remoção da comunidade já foi parar no Tribunal de Contas da União (TCU), na Advocacia Geral da União, e, por fim, no Supremo Tribunal Federal. Há mais de quatro décadas, os moradores da comunidade composta por famílias de baixa renda, segundo o cadastro efetuado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, tentam

uma solução definitiva junto à União Federal – proprietária das terras – visando o assentamento das famílias.

O imbróglio

A polêmica foi acirrada quando técnicos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), junto com funcionários Faculdade de Urbanismo da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), iniciou um levantamento para a regularização fundiária na comunidade do Horto. Os direitos da comunidade são respaldados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade e pela Lei Orgânica do Município. A SPU faria a regulamentação fundiária das casas e daria a concessão de uso da terra aos moradores por 99 anos.

A Associação de Moradores do Jardim Botânico (AMA-JB), contrária à permanência dos moradores da comunidade do Horto Florestal, junto com o atual administrador do Jardim Botânico, Liszt Vieira, questionaram em

Um mais de uma casa entender a sua”

“Falta espaço para rico construir casa aqui, então como gente pobre vai receber terreno na Zona Sul? Eles nos odeiam”.

Foto: Tatiana Lima



Beatriz dos Santos moradora da casa nº 42

juízo o direito dos moradores serem assentados e de a SPU fazer a regulamentação fundiária das casas. Em outubro do ano passado, em primeira instância, o TCU chegou a determinar que as 620 famílias desocupassem a área, acolhendo a alegação do presidente do Jardim Botânico, Liszt Vieira, de que as casas foram construídas dentro dos limites do parque.

Mas um recurso impetrado pela AGU conseguiu suspender a liminar de remoção. Atualmente, um mandato de segurança ajuizado pela Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR), no STF, garante a permanência das famílias na área.

Outro argumento apresentado foi de que as áreas do Horto Florestal – não somente a do parque do Jardim Botânico – seriam tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1938.

O entrave já mobiliza os ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente, que enviou o secretário executivo do Meio, Ambiente Francisco Gaetani, para se reunir com as famílias em 14 de setembro de 2012. Mas, agora, a solução caberá ao STF.

Contradições

Segundo estudo feito pelo administrador do Jardim Botânico, Liszt Vieira, 520 casas da comunidade teriam invadido os limites do parque. Entretanto, o próprio Plano de Ordenamento do parque avançou certos limites. As obras para a instalação de um estacionamento para sócios do parque tomaram metade do pátio original da escola municipal Julia Kubitschek, inaugurada pelo ex-presidente Juscelino.

Em 5 de setembro de 2012, sob o título “A vitória é nossa e de toda a humanidade”, a entidade Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMA-JB), chegou a comemorar publicamente (com nota publicada no portal de internet da entidade) a decisão do TCU, à época, de remover as moradias que seriam ilegais de dentro do parque. “Uma data histórica, da qual a AMA-JB não esquecerá por muitos anos. Foi o dia em que garantimos aos futuros e atuais cidadãos brasileiros o direito de desfrutar do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para sempre”, diz a nota.

Em 12 de setembro, moradores do condomínio Parque Residencial

Jardim Botânico promoveram uma votação entre os condôminos para saber se eles eram a favor ou contra a remoção dos moradores do Horto. O condomínio, contraditoriamente, situa-se na antiga área do Horto Real.

Em 14 de janeiro, data de uma das reuniões da AMA-JB, a “questão fundiária” do bairro foi tema de pauta, conforme informação do site da entidade.

Resistência e luta

Em 2005, os moradores enfrentaram a polícia quando 73 policiais tentaram executar duas ações de reintegração de posse na comunidade. As famílias souberam da ação e fecharam antigos portões que dão acesso as casas e fizeram barricadas com troncos. Uma parede humana de 200 pessoas enfrentaram os policiais. Cinco pessoas ficaram feridas, inclusive senhoras com mais de 60 anos. A mobilização impediu a reintegração de posse e a AGU pediu a suspensão dos mandados.

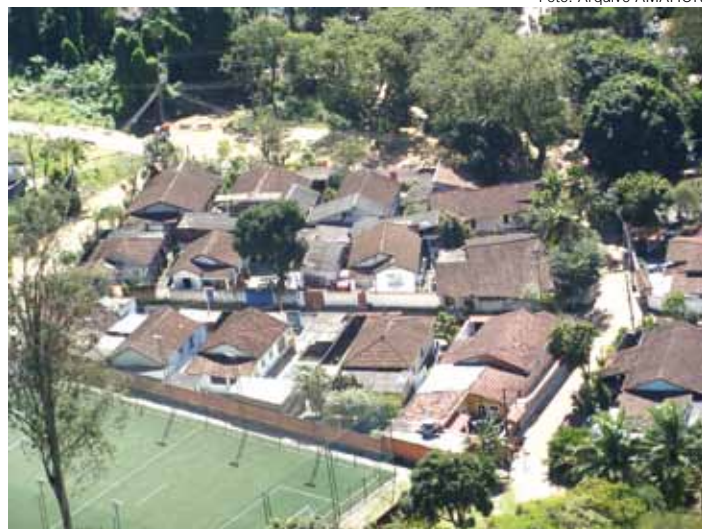
“Falta espaço para rico construir casa aqui, então como gente pobre vai receber terreno na Zona Sul? Eles nos odeiam”, desabafa a analista de Recursos Humanos, Beatriz dos Santos, de 37 anos, morada da

casa nº 42, da comunidade do Horto Florestal. Ela vê a especulação imobiliária e o preconceito de classe como as principais motivações da perseguição à comunidade.

O avô e o pai de Beatriz até hoje vivem na comunidade. Ela explica que, a acusação de que os moradores expandiram e invadiram os limites do Instituto Jardim Botânico, não são verdadeiras. “Nós não somos invasores. Temos o documento de permissão do Ministério da Agricultura dado ao meu bisavô Nilo dos Santos. A comunidade não cresceu para os limites do parque. A minha casa, por exemplo, foi construída no terreno do meu pai”, conta. O impasse sobre quais seriam os limites do parque Jardim Botânico não é consenso até hoje entre os órgãos federais. A permanência da comunidade na área segue sem definição. O fim da história de resistência e luta da comunidade será escrito pelos ministros do STF.

Mas no livro *Diário de uma invasora* a personagem Flavia, precisou antecipar o final. Ela escolheu a indefinição da vida real do que inventar um fim fictício. “As coisas continuam acontecendo, não é uma novela, é a minha vida”, escreveu. (Da redação)

Foto: Arquivo AMAHOR



Vista aérea da comunidade do Horto Florestal no Jardim Botânico

Livraria Antonio Gramsci: uma militância política

Coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação, a jornalista Claudia Santiago diz acreditar que ter uma livraria não é uma ideia original. Há mais de um ano ela abriu a Livraria Antonio Gramsci e fez do espaço no térreo do edifício Teatro Regina nº 17, na Rua Alcindo Guanabara, na Cinelândia, um local de militância de intelectuais, artistas de favelas e de movimentos sociais, além de escritores como Anita Prestes, José Claudio Alves e Repper Fiel. Parece que a livreira se equivocou no julgamento. Afinal, a ideia pode não ser original, mas em qual outra livraria você poderia se encontrar com essa miscelânea de gente?

Tatiana Lima*

Nascida em abril de 2011, a Livraria Antonio Gramsci funciona num espaço de apenas 15m², no prédio ao lado do Teatro Dulcina e é vizinho de porta da cupação urbana Manoel Congo. Mas se o espaço é pequeno, talvez seja a menor livraria física do Rio, o papel social que a livraria já desempenha é grandioso: propõe-se a ser um projeto político e cultural, uma extensão, na realidade, dos valores de vida dos comunistas Vito Giannotti e Claudia Santiago. “A livraria se chama Antonio Gramsci porque queríamos um nome marxista para definir quem somos. Não é uma

livraria neutra ou de direita. Aqui nossos valores são a socialidade, o humanismo e a esquerda marxista”, explica Giannotti.

Para Claudia, a livraria Antonio Gramsci é uma extensão do Núcleo Piratininga de Comunicação. “Tudo isso foi possível em decorrência da venda das agendas do NPC no final do ano. Conseguimos juntar um dinheiro e aí compramos o ponto do brechó que funcionava antes aqui. A vontade e o companheirismo da equipe do NPC tornou o sonho possível. Uma coisa existe em função da outra. A livraria é nosso jornalzinho”, conta.

Segundo a comunista, a oportunidade de viver inserida num local (uma livraria) embevecido de arte como a literatura é como viver em um universo paralelo: o da possibili-



Festa de inauguração da livraria Antonio Gramsci em junho de 2011

lidade. “Ter a arte perto de você é viver outra dimensão do que é ou do que seria possível”, revela.

Diferencial: “Somos marxistas”

A livraria Antonio Gramsci é especializada em intelectuais de esquerda, dos acadêmicos a moradores de favela. A livreira Claudia Santiago explica a opção. “Nós temos ideias claras do que queremos que cheguem às pessoas. Esse mundo que temos não presta. Tem que ser derrubado e jogado abaixo. Somente é possível construir outra sociedade com outro mundo e se constrói isso em cima de ideias. Somos comunistas”, enfatiza.

Para exemplificar o que a incomoda na atual sociedade, a jornalista cita a novela *Gabriela*, baseada na obra de Jorge Amado. “Que patriar-

cado é esse que existiu e ainda existe no Brasil? Alguma alternativa tinha a mulher naquela época em Ilhéus? A mulher era submetida ao pai, ao avô, ao namorado, ao marido e a uma cultura. Jorge é um escritor que retrata a opressão, o marido que mata, chama de anta, oprime e bate. Não é a realidade de muitas mulheres ainda hoje? Por isso, temos várias obras dele aqui”, destaca.

Segundo Vito Giannotti, mais livrarias precisam ser abertas. “Estamos num país onde tem um monte de centro espírita, milhares de igrejas e bares, tem de tudo, menos livrarias. O dado do IBGE mostrou que em 5.586 municípios que existiam no Brasil em 2003, somente em 1.927 existiam livrarias”, pontua. Por isso ele acredita que a livraria é uma contribuição política do NPC ao país e à esquerda.

Atendimento e apoio

A ideia da Livraria Antonio Gramsci é a disseminação de cultura e informação. Por isso, o projeto tem uma política permanente de desconto para professores e universitários de licenciatura ganham 10% de desconto na compra de livros. Exceto, os disponibilizados no Sebo Antonio Gramsci, que existe desde a criação do projeto. “Livro não é para ser de um só não. Livro tem que circular”, opina Claudia.

Outro ponto positivo da livraria é a facilidade de pagamento. Pode-se dividir a compra em até 10 parcelas no cartão de crédito. “Outro dia tivemos uma pessoa que comprou um livro de 40 reais em quatro parcelas. Não importa. Se é assim que ele pode ok. O ideal é ter o acesso ao livro”, ressalta Claudia Santiago. Mas para a livreira, o importante

não é a forma de pagamento e sim o apoio dado por companheiros e militantes ao projeto.

“Contamos com a solidariedade das pessoas para que a livraria continue existindo, pois não é um projeto com a preocupação de retorno financeiro como um comércio. Não ganhamos absolutamente nada. O trabalho aqui é de total doação. O que entra de dinheiro é para mantê-la aberta”, conta Claudia.

No começo, diversas pessoas deram apoio ao projeto, entre eles estão: o professor da Universidade Federal Fluminense, Dênis de Moraes e o jornalista Luciano Faria de Santa Catarina. “O Luciano doou uma coleção da história do Marxismo que foi muito importante para fazermos caixa assim que abrimos”, conta Claudia.

A maior divulgação da livraria acontece por meio da rede social

do Facebook. A livraria tem um perfil e duas páginas que divulgam os lançamentos e resenhas das obras das 19 editoras parceiras. Pela rede, os clientes podem tirar dúvidas, pesquisar livros e fazer encomendas (também recebidas pelo telefone 22204623 e pelo e-mail livraria@piratininga.org.br).

Diálogos na Gramsci

Essa diferenciação de atendimento e de valores da Livraria Antonio Gramsci, pode ser a razão que fez a historiadora Anita Prestes, filha de Carlos Prestes e Olga Benário, ter escolhido o local para o lançamento de seu livro: *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário*, em dezembro do ano passado. A noite de autógrafa e bate-papo com ela fez parte do Diálogos na Gramsci, evento que se propõe levar escritores

Foto: Luiza Santiago/NPC



Anita Prestes no evento Diálogos na Gramsci

e artistas na livraria para informais bate-papos com o público. Ao todo, ocorreram quatro eventos em 2012.

*Da redação.

Livreira: por paixão e opção

Nascida em Campo Grande, formada em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cláudia, aos 20 anos, queria casar. Por isso, começou a vender livros em uma banca improvisada, na calçada mesmo, na porta do antigo cinema (atual Sesc Botafogo) na Voluntários da Pátria, onde também trabalhava de bilheteira. O ano era 1984. Ainda grávida da filha Luisa, a jornalista carregava bolsas pesadas com livros que buscava por consignação nas editoras – as mesmas que agora abastecem as estantes da Livraria Antonio Gramsci. “Eu ganhei dinheiro com isso. Os primeiros anos da minha filha foram sustentados com o meu trabalho de livreira e foram três anos bons”, comenta Cláudia.

Com o tempo, o ponto de cineclubistas passou a abrigar a livreira, literalmente. Ela ganhou um espaço próprio dentro do cinema. Surgia a primeira livraria especializada em cinema da ainda estudante de jornalismo Cláudia Santiago. Até que ela se



Cláudia Santiago mostra a fotografia da Vila Antonio Gramsci na Itália

formou e foi trabalhar na área, passando o ponto comercial da livraria “afetuosamente” para um amigo. Começava o ano de 1988, ano em que Cláudia foi trabalhar na Central Única dos Trabalhadores. Uma vida se passou. Mas o desejo de voltar a estar cercada de livros nunca a abandonou. “Ficar aqui dentro (da Livraria Antonio Gramsci), entre os livros, é uma das coisas que eu mais gosto de fazer na vida. Ver esses li-

vros chegarem, serem vendidos...”, conta a livreira aos suspiros.

E completa: “Às vezes, a gente fica aqui um dia inteiro e só vende um Leandro Konder, mas comemora. Se você faz as contas das suas horas de trabalho e o que rendeu aquilo financeiramente, você pensa: isso é coisa de maluco. Mas depois reflete: eu vendi um Leandro Konder! Não é pouca coisa. É um Konder!”, confessa Cláudia Santiago.

Prazeres: jornal e livros

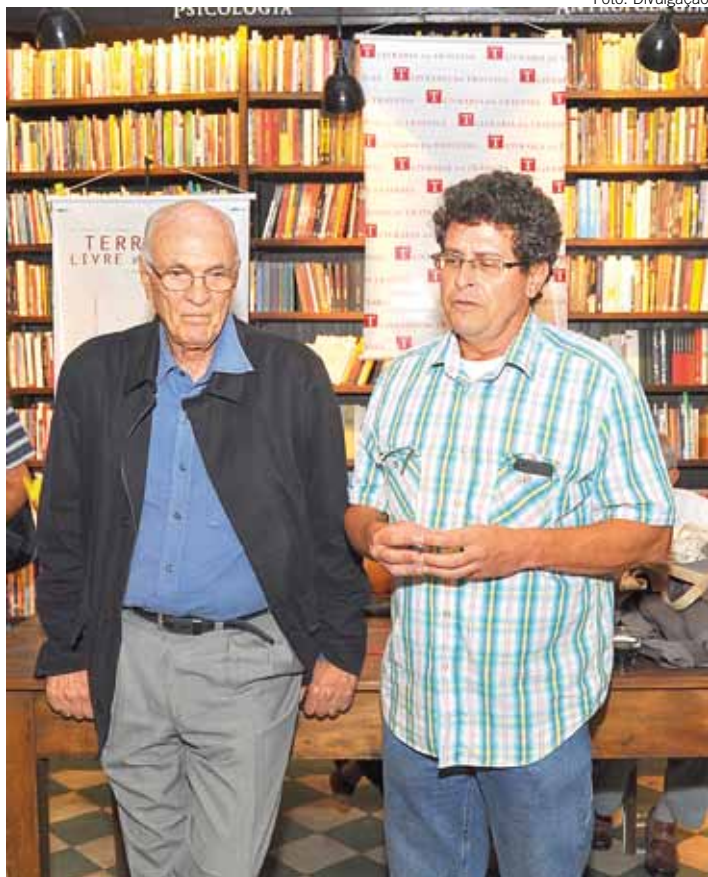
Para Cláudia ter uma livraria de esquerda é igual a editar um jornal de esquerda. “Tudo que acho que tem que ter num jornal de esquerda, ponho na livraria como seção. Então, há a prateleira de livros do MST, porque eu acredito que um jornal de esquerda tem que ter uma editoria para o MST”. É por isso que, a livraria Antonio Gramsci têm seções de livros diferenciadas em relação às outras livrarias. Um exemplo são as seções dedicadas a livros sobre mulheres, marxismo, sexualidade, África e claro, o MST. Livros de artistas, professores e de movimentos sociais, além de CDs e filmes, também têm espaço para vendas nas estantes da livraria.

“A história de Gregório Bezerra definiu muito da minha própria história de vida. Aí eu tenho aqui o Gregório para vender. Agora me diz, não é a mesma sensação que escrever um texto num jornal sobre o Gregório quando o livro dele é vendido?”, revela Cláudia Santiago, com o livro *Gregório Bezerra: Memórias*, nas mãos.

Nasceu e permanece crítico por natureza

Jornal *Algo a Dizer* completa 25 anos sem deixar de lado a proposta original de contribuir para mudança da sociedade

Foto: Divulgação



Ex-senador Saturnino Braga e Kadu Machado, fundadores do jornal *Algo a Dizer*

Max Leone*

Poucas são as publicações que, passados 25 anos, mantiveram a mesma linha de atuação, coerência e forma de abordar assuntos a que se propuseram a comentar, a informar, a passar adian-

te. Mas o jornal *Algo a Dizer* é uma dessas exceções. Ao longo dos anos permaneceu fiel ao tom crítico da proposta do seu nascimento, lá pelo final dos anos 80, mais precisamente em 1987. Em entrevista exclusiva a *Ideias em Revista*, o jornalista Kadu Machado, um dos fundadores e um dos primeiros editores do jornal, reafirma que o *Algo a Dizer* segue os princípios de “caminhar com as

duas pernas” e com a linha editorial de centro esquerda.

Ao ser questionado se o jornal é crítico por natureza, ele dispara de volta. “SEMPRE! Para aqueles que têm algo a dizer; aqueles que querem contribuir para que as coisas não se mantenham como estão”, fulmina sem perdão.

Nascido como um jornal da Juventude Comunista do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de acordo com Kadu Machado, já no segundo número a publicação passou a ser um jornal de Cultura e Política para a juventude em geral. Em seguida, o jornal foi crescendo e amadurecendo ao ponto de chegar às bancas, com a colaboração de mestres como Jaguar, Nani, Moacyr Félix e muitos outros.

Na trincheira contra-hegemônica em relação à grande imprensa, Kadu Machado afirma que o *Algo a Dizer* luta contra a desinformação, ou a “informação interesseira e interessada” que a mídia comercial promove. Confira a entrevista.

Ideias – Como surgiu a ideia de o *Algo a Dizer*? Qual a intenção dele? A que ele se destina?

KADU MACHADO – Surgiu em 1987 como um jornal da Juventude Comunista do antigo PCB. Mas já no segundo número passou a ser um jornal de Cultura e Política para a juventude em geral. Naquela época, destinava-se aos ativistas culturais que não participavam diretamente

do movimento estudantil; que muitas vezes não eram ligados a partidos políticos. Nós fomos crescendo e o jornal amadurecendo. Chegou até as bancas de jornal – com a colaboração de Jaguar, Nani, Moacyr Félix entre muitos outros. Realizamos entrevistas memoráveis com os “banidos” pela hegemonia neoliberal: Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares... Mas também com Paulinho da Viola, Lobão, Sérgio Cabral (pai), Ivo Meirelles... Agora o AD está só na internet (www.algoadizer.com.br) com o mesmo propósito de sempre: ser um veículo que contribui para a circulação de ideias na perspectiva da transformação social; ser um “território” comum de diálogo da esquerda.

Ideias – O projeto completou 25 anos este ano. Você o considera vitorioso? O jornal atende ao propósito que você idealizou para ele?

KADU – Sem dúvida é um projeto coletivo vitorioso. Afinal, é difícil encontrar iniciativas de esquerda, sem financiamento público nem estrutura comercial e sem partidos na retaguarda e que exista por tanto tempo. Acredito que, cada vez mais, o projeto se afirma e rende frutos. Temos a parceria com o Instituto Casa Grande (<http://migre.me/cLumC>) e com a Escola Nacional Florestan Fernandes (<http://migre.me/cLumT>), que realiza debates e pu-

blica livros com as transcrições dessas palestras. Tem também a parceria com a revista digital “Estopim” (<http://estopim.net/y7/>) – de perfil análogo ao do *Algo a Dizer* – com quem estamos organizamos uma festa na Lapa, em outubro.

Ideias – Comente a relação com bloco carnavalesco Devassos da Cardeal, de Santa Tereza, e participação na diretoria do Instituto Casa Grande.

KADU – O Devassos é a radical presença numa manifestação cultural brasileira que é o carnaval. O bloco é do tipo “concentra, mas não sai” e tem o melhor repertório musical dos blocos de carnaval, tocado por experientes músicos da noite, comandados pelo nosso diretor musical Marcos Bezerra. A cada “saída” do bloco, homenageamos brasileiros importantes com o título de benemérito. Alguns desses verdadeiros devassos honorários foram Carlos Lessa, Zé Luiz do Império Serrano, Délcio Carvalho, Arthur Poerner, Fausto Wolff, Dorina... E o Instituto Casa Grande, presidido pelo ex-senador Saturnino Braga, é outra frente coletiva de promoção de debates e encontros entre as esquerdas.

Ideias – E as dificuldades, os acertos, os erros? Conta um pouco da trajetória desses 25 anos....

KADU – A maior dificuldade foi durante a hegemonia neoliberal manter o jornal nas bancas. Tarefa árdua, mas necessária – e a fizemos. Agora, conservar, por 25 anos, pessoas discutindo e trocando ideias, numa época de transição entre – no dizer do historiador inglês Eric Hobsbawn – o breve século XX e os anos 2000 – creio, é um feito impressionante. Nisso, desenvolvemos a virtude da tolerância e hoje temos um coletivo de colaboradores de primeira. Em especial, os escritores de ficção, os quais muitos são premiados em importantes concursos literários.

Ideias – Como o jornal se “banca”?

KADU – No primeiro número a gente realizou atividades de finanças para pagar a impressão do AD. Mas já no segundo número, passamos a vender anúncios e realizar festas temáticas, shows e outras atividades culturais. Atualmente, aproveitamos uma das vantagens da internet: o custo relativamente baixo.

Ideias – O jornal dá uma parada em 2002 e volta depois? Como foi o recomeço? Alguma coisa mudou? O que levou a essa parada?

KADU – Na verdade, o jornal nunca parou. Só que, depois da experiência das bancas de jornal, passou a ser “o mais simpático devezenquandário carioca”. Mas

sempre foi um elemento de aglutinação de militantes culturais e políticos.

Ideias – Ele ainda segue os mesmos princípios?

KADU – Sim, o de “caminhar com as duas pernas”: cultura e política.

Ideias – Como o *Algo a Dizer* conseguiu reunir tantos colaboradores?

KADU – Creio que é uma linha política-cultural clara, de centro-esquerda, e o exercício da tolerância. Agora, o norte político claro é o determinante.

Ideias – Que diferença destacaria entre o *Algo a Dizer* e os demais meios de comunicação? Em relação à grande imprensa? Em relação às redes sociais?

KADU – O *Algo a Dizer*, mesmo na internet, é uma mídia diferente das redes sociais. Nós até as usamos na divulgação, mas a densidade é, sem dúvida, outra. Já a grande imprensa, a mídia comercial, é um dos partidos políticos dos inimigos da democracia e nós nos colocamos – juntos com outros veículos e blogs – em luta contra a desinformação, ou a “informação interesseira e interessada” que eles promovem. Estamos na trincheira contra-hegemônica.

Ideias – Como é o processo de criação? Como surgem

Foto: Divulgação



as pautas? As entrevistas?

A gente se reúne na última quinta-feira do mês e de maneira presencial e pela internet, pois muitos colaboradores são de outros estados.

Ideias – Como o *Algo a Dizer* pode ser qualificado? Imprensa Alternativa? De esquerda? Ou não se enquadra a nenhum rótulo?

KADU – Acho que é tudo isso... (risos)

Ideias – O *Algo a Dizer* é crítico por natureza?

KADU – SEMPRE! Para aqueles que têm algo a dizer; aqueles que querem contribuir para que as coisas não se mantenham como estão.

Ideias – Quais as perspectivas de futuro?

KADU – Pensamos em uma edição em papel... Ainda estamos no começo dessa discussão. Seria em formato de jornal? De revista? Revista densa, com ensaios? Vamos ver. É uma conversa que deve ter a participação dos editores, dos colaboradores, dos leitores e amigos.

Parceiro do Instituto Casa Grande e da Escola Nacional Florestan Fernandes, o *Algo a Dizer* promove debates na sociedade de temas relevantes, como o que aconteceu no Teatro Casa Grande, sobre “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo” (leia a matéria nas páginas 32 e 33)

Para os brasileiros prime

Fotos: Tatiana Lima

Tatiana Lima*

É o que garantem os articulistas Ricardo Bielschowsky, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a cientista política Vera Cepêda, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); e o coordenador do Movimento Sem-Terra (MST) João Pedro Stédile, palestrantes do debate “Desenvolvimento e Neodesenvolvimentismo”, promovido pelo jornal *Algo a Dizer*, no foyer do Teatro Casa Grande, no Leblon, em novembro do ano passado.

Para os articulistas, apesar de, nos últimos dez anos, o país ter expandido frentes no setor econômico, a falta de uma produção de massa interna com recursos próprios, a abertura da exploração de recursos naturais ao capital financeiro internacional e a estrutura perpétua de altos níveis de desigualdades são a prova da falta de um projeto real de desenvolvimento econômico e político para o país.

Há mudanças positivas nas estruturas, segundo eles, mas com efeitos limitados devido às profundas lacunas abertas pelo neoliberalismo nos mais de vinte anos em curso no Estado brasileiro. Vazios econômicos que sustentam ainda uma política de desenvolvimento regida pelos interesses do capital financeiro interno e internacional.

Para Bielschowsky, Cepêda e Stédile, o legado intelectual do economista Celso Furtado – falecido em novembro de 2004 – deve ser a rosa dos ventos para proporcionar um crescimento econômico de fato moderno. Confirma os principais pontos debatidos pelos articulistas.



Da esquerda para a direita: João Pedro Stédile, Saturnino Braga, Rosa Freire, Vera Cepêda e Ricardo Bielschowsky no Teatro Casa Grande

A palavra “neodesenvolvimentismo” passou a ser utilizada corriqueiramente no Brasil como uma espécie de modismo, sem qualquer debate aprofundado sobre o significado prático de transformação do sistema político econômico brasileiro. A confusão mais frequente ocorre quando se tenta adaptar o conceito econômico nacional-desenvolvimentista, surgido na década de 50, para descrever o atual cenário do país

Consumo de massa com produção externa?

Ricardo Bielschowsky*

O velho desenvolvimentismo foi uma ideologia que se propôs a fazer um desenvolvimento do país a partir de uma industrialização “desejável” a ser atingida. Esse movimento teve dois ciclos: um iniciado nos anos 50, e outro a partir da ditadura, já com a realidade política do golpe, que não interrompeu esse modelo econômico desenvolvimentista. Ao contrário, o seguiu até a década de 80 como uma estratégia econômica



e política hegemônica, tendo como princípio ordenador a ideia de que as forças de mercado por si só não dão eficiência ao sistema econômico

e não conduzem à transformação estrutural. Exatamente igual ao novo modelo de desenvolvimentismo apresentado atualmente. A diferença é que, no dito velho desenvolvimentismo, a industrialização era conduzida pelo Estado e havia o choque entre correntes no que se refere à conquista de direitos sociais: uma conservadora e a outra progressista com a proliferação de ideias de economistas brasileiros. Entre eles, destacam-se as contribuições do pensador Celso Furtado.

Mas a partir dos anos 2000, as dimensões de cinco elementos históricos traçam um novo cenário de desenvolvimento e saímos da

iro, depois para o mundo

perspectiva somente da industrialização. Primeiro, houve a explosão da demanda chinesa por alimentos e energia no mundo que favoreceu o Brasil. Também aconteceu uma recuperação importante de crescimento na rede distributiva mesmo com a inflação ainda alta com o surgimento de um mercado interno de consumo de massa. Terceiro, é que depois de muito tempo, houve uma recuperação dos investimentos em infraestrutura do país e da Petrobras. Somado a isso, destaca-se o progresso técnico acelerado que aconteceu em todo o mundo: foi a combinação chinesa de pagamento de baixos salários e rápida introdução de inovações tecnológicas redutoras de custo e preço, afetando a competitividade de mercado. Por fim, em 2008, tivemos os efeitos dessa crise internacional. A questão é: todo esse panorama vai nos levar a pensarmos em ações que visam à elevação da produtividade, a inclusão social e o aumento do bem-estar a médio e longo prazo?

A resposta é que sim. Esse processo começou a emergir, mas o debate ainda é desorganizado e sem referências claras. E isso é problemático. No nosso cenário atual temos três frentes de expansão que devem ser estratégicas, mas precisam de desenvolvimento ainda, o que não é pouco e radicalmente distinto do cenário anterior dos anos 2000. Se bem trabalhadas, essas frentes podem dar o gás necessário para o futuro do país. A primeira é o consumo de massa atual no Brasil.

Porém, consumo de massa com produção na China não funciona, porque é a produção que dá ganhos de competitividade e permite a transmissão do aumento dessa produtividade em renda e impostos, beneficiando políticas sociais.

O novo desenvolvimentismo que emerge precisa ter motores não só no campo econômico como no campo civilizatório e na educação, e neste sentido, é o conhecimento e a tecnologia de inovação que são as transversais capazes de turbinar a médio e longo prazo esses três motores

Não é só consumo de massa! É também produção de massa interna e viabilizada através de investimentos nacionais. Não se pode ter um novo desenvolvimento tendo como base o capital estrangeiro e devemos ter a preocupação sobre a renda da terra, aquela que pode originar os royalties. Esse capital vai ser absorvido pelos acionistas da Vale ou pelo Estado?

Produção e concentração

A segunda frente de expansão são nossos recursos naturais. Eles não são um castigo de Deus! Mas precisam ser aproveitados melhor. Para isso, a estratégia e política de desenvolvimento não podem ser do tipo enclave. É necessário um conjunto de encadeamento produtivo que traga uma agricultura familiar pujante, uma reforma agrária viabilizada pela ocupação em outros moldes para a população que não está inserida nos agronegócios.

Além disso, o consumo de massa tem sido decisivo na expansão econômica recente e foi produto de

forte aumento da massa salarial e das transferências. O aumento do salário mínimo foi um dos pontos decisivos assim como a queda dos preços. O modelo do “neodesenvolvimentismo” parece ser intensivo em termos de mão de obra, em empregos e serviços, o que aponta em direção ao fortalecimento da força de trabalho. Além de que tem ocorrido uma crescente formalização das relações de trabalho.

Por outro lado e em sentido oposto, não se discute concentração de propriedade no Brasil. No campo, o MST faz essa discussão, mas o debate não está disseminado na sociedade e essa discussão é fundamental juntamente com a de propriedade fundiária urbana. Há claras indicações de que não estão sendo desfeitos os mecanismos de mercantilização de obrigações constitucionais do Estado como saúde, educação, segurança etc. E ainda surgem tendências preocupantes sobre o efeito da arrecadação previdenciária e da exoneração de tributos das empresas.

O momento é de embate da afirmação do individualismo de mercado, próprio do neoliberalismo, e a defesa dos princípios da solidariedade e direitos expressos na Constituinte de 1988, que ainda necessitam ser trabalhados. Enquanto não podemos ter uma ruptura de certos pontos, é necessário mesmo trabalhar a partir de reformas para termos a clara identificação de uma estratégia de desenvolvimento desejável e viável, em que progressos da economia e da sociedade possam ser feitos de forma integrada, fortalecendo a disputa política ideológica em favor de um projeto de cidadania plena”.

*Ricardo Bielschowsky é professor do Instituto de Economia da UFRJ e ex-diretor do Brasil da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e autor, entre outros livros, de “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo” (Contraponto, 1995).

“O desenvolvimento econômico pressupõe primeiro desenvolvimento político”

Vera Cepêda*

Tratar sobre desenvolvimentismo implica debater um processo histórico. Não foram todas as sociedades que tiveram experiências desenvolvimentistas. Ele foi um modelo que percorreu o processo de transformação de uma parte significativa e específica do planeta: a periferia colonial, a partir da experiência de capitalismo tardio num modelo diferente de economias centrais no processo de desenvolvimento. Por isso, não há como analisar a trajetória brasileira sem olhar para esse passado que é basilar.

No caso do velho desenvolvimentismo ou da nossa tradição, a ideia de periferia nos leva à construção de um argumento que é a racionalidade fundamental para explicação da nossa história econômica e, principalmente, política: a concepção de atraso. Mas a noção de atraso não era feudal ou pré-moderna. Era o moderno político que obrigatoriamente quer se afastar do liberalismo. Portanto, foi construída com base num afastamento do naturalismo de mercado e isso significa que se escolheu a ideia de necessidade da superação do atraso.

É a que a explicação de origem econômica da teoria do subdesenvolvimento encontra o campo da política, pois a superação ao subdesenvolvimento é vista como possível somente quando acionada pela presença intensa do Estado. Um planejamento da ideia artificial do esforço social condensado que aposta no futuro: o desenvolvimentismo-nacional. Portanto, foi um

projeto orientado de transformação social politicamente construído e operado.

Se essa definição que fiz tem alguma possibilidade de ser real, a economia política que nós invocamos o tempo inteiro para analisar o nacional-desenvolvimentismo está invertida, porque nós analisamos o fenômeno como se fosse algo que bebesse da fonte da economia e, no final das contas, a energia fundamental que está embaixo dela é a da política. Mas quais seriam as características centrais para traçarmos uma ligação ou passagem do velho desenvolvimentismo para o novo desenvolvimentismo?

Paradigma

A primeira seria o conceito de déficit estrutural que precisa ser remediado de alguma maneira artificial. Desta forma, todo o desenvolvimentismo ganharia uma perspectiva crítica em relação ao liberalismo. A segunda característica seria a de afastamento do liberalismo porque são as condições da realidade, os automatismos dos indivíduos e dos mercados ou até mesmo das concorrências políticas que amparam a teoria da justiça e o conceito de políticas afirmativas do desenvolvimentismo.

Destaco que na teoria da justiça não é reconhecida a competência do mercado político como sendo suficiente para os atores conseguirem se organizar corretamente num conjunto da sociedade. Terceiro elemento é pensar sistematicamente e usar o Estado como mecanismo de transformação social a partir de seus elementos centrais promotores de políticas públicas de transformação.

O novo desenvolvimentismo que se abre na virada dos anos 80 para

90 é da inclusão social. Houve uma mudança brutal de organização do pensamento no Brasil. A desigualdade social passa a ser o problema, não mais a produção. Fazer política pública com recurso de verba pública pode parecer uma obviedade, mas pela primeira vez o Estado tem feito isso: política pública com dinheiro público. Nossa cidadania foi sempre regulada, vem de cima para baixo. Direitos sociais era a última etapa que a política brasileira se preocupava. No máximo, lá atrás, se fez a regulação no campo da cidadania.

Hoje não somos mais uma economia correndo para se adequar à terceira revolução industrial. Somos uma sociedade moderna que não consegue avançar no campo da modernidade porque a inclusão social não foi feita, não há a redistribuição da riqueza socialmente produzida. Tese central do pensamento de Celso Furtado que dizia: para incluir é necessário acontecer produção e distribuição.”



*Vera Cepêda é professora em Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar. Desenvolve pesquisas no campo do pensamento político e social brasileiro, especialmente ligado às teorias do subdesenvolvimento, nacional-desenvolvimentismo e as metamorfoses do processo de modernização ocorrido no Brasil no século 20, com ênfase no binômio desenvolvimento-democracia. É editora da revista *Teoria & Pesquisa*.

A experiência brasileira fez uma junção: pôs a política no coração das construções das ferramentas econômicas. A ideia central e os objetivos foram dados pela política, mediados por uma explicação econômica e por uma ação econômica, mas a economia em si não era a finalidade a ser atingida. A economia se tornou a questão nacional, mas isso não quer dizer que se quisesse construir um mercado

A questão é: não há projeto!

João Pedro Stédile*

A sociedade brasileira, as forças políticas que administram o Estado não têm um projeto de desenvolvimento de qualquer apelido. Na opinião do MST, o governo que está instalado é uma frente interclassista temporária transitória e ninguém sabe se dura até a próxima eleição, pois depende da vontade da burguesia porque ela é ainda hegemônica na sociedade. Na leitura dos movimentos sociais, o debate não é qual o projeto a Dilma tem para o país: se é desenvolvimentista, neodesenvolvimentista. A questão é: não há projeto! Porque o próprio governo é interclassista seja na era do governo Lula ou agora com a Dilma. Tem desde o banco Bradesco até lupens (no vocabulário marxista, a população situada socialmente abaixo do proletariado) que ganham bolsa família. Todos se reconhecem como governo e votam no governo, mas são classes distintas. Então, como o governo pode defender um projeto de desenvolvimento se não tem uma força de classe hegemônica dentro dele?

Seria ilusão e ingenuidade pensar que está em curso no país um projeto de qualquer natureza, assim como não está mais em curso um projeto de total subserviência ao capital estrangeiro da era dos Fernandos: Collor e Henrique. A gestão deles não era um projeto de desenvolvimento, destaque era apenas uma acomodação das elites brasileiras, de subordinação ao capital internacional que se transformou em hegemonia. O que temos é um processo de transição para a necessidade de existir um projeto de desenvolvimento que ainda será construído, porque agora não há força política suficiente para um projeto unitário. É por isso que nos períodos eleitorais os resultados



são contraditórios, porque se debate de tudo: do marqueteiro ao carisma dos candidatos, mas o que precisa mesmo se discutir, um programa de país, não é feito. No entanto, os problemas estruturais da sociedade brasileira estão aí latentes, podem até serem abafadas as contradições, mas existem.

Contradições

Houve políticas públicas que levaram a uma maior distribuição de renda? Sim. Pela PNAD, nos últimos dez anos, aumentou-se em 3% a fração destinada ao capital, portanto, a classe trabalhadora se beneficiou com aumento de renda. No entanto, ao se analisar os dados de riqueza e de propriedade, os números mostram que se continua o processo (e ainda maior) de concentração de renda e propriedade, seja na indústria, no comércio, no capital financeiro ou terra.

No caso da propriedade fundiária, além de convivermos com um processo de concentração jamais visto, os dados do último Censo revelaram que a concentração atual é maior do que quando saímos da escravidão em 1920, época que o IBGE fez o primeiro Censo. E tem um agravante: a propriedade da terra vem sendo paulatinamente desnacionalizada. Por isso, por mais que você faça políticas públicas, a questão da desigualdade não se resolve, não muda

e tão pouco transforma as mazelas dessa sociedade.

Superávit primário

A econômica brasileira nunca teve tão dependente do capital estrangeiro quanto agora e isso é uma contradição com um projeto de desenvolvimento nacional, porque o estrangeiro não vem aqui para nos ajudar. Estar aqui para auferir renda. Essa é nossa terceira contradição e foi uma das últimas denúncias da obra de Celso Furtado: a economia brasileira hoje é serviçal da taxa de lucro na esfera do capital financeiro. A gente está trabalhando para banco. Concentração de capital não significa desenvolvimento.

O superávit primário, por exemplo, não é debatido. Se o fosse, iríamos verificar quanto vai para o capital financeiro e 43% da receita federal são para pagar juros da dívida interna, os títulos. É uma ciranda: sai do bolso do trabalhador, vai para banco e de lá vai para receita e volta para conta do banco. Se não há interrupção desse circuito, não há desenvolvimento de fato.

Finalmente, temos a concentração e a manipulação do poder, das classes dominantes, exercido sobre as classes brasileiras por meio de seu maior partido: a mídia, que reage como classe porque eles sabem o grande poder ideológico que exercem diretamente sobre a sociedade brasileira, principalmente para fazer os pobres pensarem como eles. Esse é um problema sério, pois afeta diretamente o desenvolvimento ideológico e cultural do nosso povo. Enquanto houver essa concentração e manipulação, sobretudo, dos programas de televisão, dos telejornais, não podemos falar de projeto de desenvolvimento.

Refluxo

A burguesia brasileira nunca foi nacional e, por isso, não tem interesse num projeto de nação. Só haverá

Quando houver a mobilização e sairmos desse período vazante, debates como esse sairão do Teatro Casa Grande, no Leblon dos intelectuais, para chegar aos estádios de futebol. Aí, haverá mudança

um real projeto de desenvolvimento se as classes abraçarem a ideia e não se contentarem com o bolsa família e com emprego de carteira assinada de empregada doméstica. Porque esse emprego aberto só mantém a senzala ainda aberta. Para que essas classes populares se transformem em atores políticos é preciso que haja mobilização.

Infelizmente, nós estamos num momento do quadrante da história do Brasil no qual as massas populares vivem um grande período de refluxo decorrentes de duas derrotas estratégicas que sofremos: as eleições brasileiras de 1989 e a vitória do neoliberalismo aqui e em nível internacional. A conjugação dessas duas derrotas impôs às massas brasileiras um refluxo que estamos vivendo até hoje.

*João Pedro Stédile é pós-graduado em Economia pela Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). É membro da direção nacional do MST e um dos seus fundadores.

O filósofo Michael Foucault em suas elucubrações enfatizou que “as práticas fazem o sujeito”. A psicanalista Joana de Vilhena Novaes concorda e acredita que a ditadura da beleza imposta a mulheres e homens atualmente é proveniente de um corpo de classe. Um corpo que pauta cada dia mais as práticas e ações da vida de todos, sejam pobres ou ricos. “O corpo é um capital valioso que serve para todos. É um passaporte da felicidade que faz encarnar de alguma forma no mundo moderno, a figura do sucesso”



A DITADURA DA BELEZA O CORPO

Tatiana Lima*

Estudiosa dos transtornos psíquicos ligados à beleza há mais de 15 anos, a coordenadora do Núcleo de Doenças da Beleza do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS) da PUC-Rio, Joana Novaes, avalia que atualmente a sociedade não tolera a gordura. “É inadmissível você ser gordo. Todo mundo se apieda da anorexia, que está um ‘fiapinho’, mas todos criminalizam a gordura, a pessoa gorda, sem perceber que é o reverso das duas moedas”. E completa: “Vivemos não só uma ditadura como uma moralização da beleza”.

Recentemente, as consequências dessa intolerância tornaram-se públicas pela âncora de TV Jennifer Livingston, do canal CBS, nos

Estados Unidos. Em um e-mail intitulado “Responsabilidade Social” enviado à redação do programa, um homem falava que Jennifer era obesa e um mau exemplo para as pessoas, principalmente as garotas. “Obesidade é uma das piores opções que uma pessoa pode fazer e um dos piores hábitos para se manter. Espero que você reconsidere sua responsabilidade social como pessoa pública”.

Jennifer não deixou barato. Ao vivo, ela acusou o homem de praticar bullying e mandou um recado. “Para a pessoa que me escreveu essa carta: Você acha que eu não sei disso? Que suas palavras cruéis estão me mostrando algo que eu não vejo? Você não me conhece, não é meu amigo, não faz parte da minha família. Você não sabe nada sobre mim além do que vê por fora. E eu sou muito mais do que um número na balança”. O vídeo do depoimento da âncora (acesse em



<http://migre.me/cReKb>) tornou-se um viral na internet depois que ela foi convidada para participar do talk-show de Ellen Degeneres, uma das principais apresentadoras de TV nos EUA.

Para a autora dos livros *Com que roupa eu vou?*; *O intolerável peso da feiúra*; e a recente coletânea *Corpo pra que te quero? Usos, abusos e desusos*, a corpolatria e



a lipofobia – medo absurdo e irracional da gordura imaginária – são fenômenos modernos, mas principalmente massificados pela mídia. O que a pesquisadora propõe é uma trégua. Um olhar generoso que cada um deve ter ao se ver no espelho. Sem concessões exageradas ao culto do corpo ou ao desleixo. Afinal, qualquer extremo é ruim e adocece. Confira a entrevista.

A: DE CLASSE

discurso social de que esse corpo é de acesso a todos: pobres e ricos. A televisão no Brasil é um veículo fundamental de disseminação da ideia da magreza, que em última análise é um corpo de classe historicamente capitalista.

Ideias – Por que é um corpo de classe?

JOANA – O ideal estético sempre é um corpo de classe porque poucos cidadãos vão poder ter acesso a esse “bem”. TEMPO é um LUXO! Dinheiro também! Você pode olhar as gôndolas do supermercado Guanabara ao Zona Sul, os produtos orgânicos, diets ou lights estarão lá, porém, são mais caros. Ou seja, não é acessível a todos. Então, o discurso é perverso porque ele dá a falsa ilusão de que esse corpo ideal, esse “bem”, é para todos. Isso causa um sentimento generalizado de intolerância para com aqueles sujeitos que não estão em conformidade corporal com o padrão estético considerado certo. É um consenso nas ciências médicas e humanas chamar esse fenômeno de MORALIZAÇÃO da BELEZA.

Ideias – O que isso gera no cotidiano?

JOANA – Há um comportamento social de atribuir um julgamento extremamente severo e crítico a todo e qualquer sujeito que não se enquadra nesse padrão estético. Você vai chamar uma pessoa, por exemplo, que está acima do peso, de desleixada, preguiçosa, mau caráter, inclusive. No imaginário social, isso define nossas crenças e valores, a imagem que nós temos associada a gordura, que virou doença. É por isso que as pessoas sempre ficam em dúvida: é ditadura da magreza ou ditadura da beleza? Na verdade, as duas coisas caminham juntas. É um tripé: beleza, magreza e saúde. Não conseguimos mais desassociá-las. A gordura ficou associada à doença.

Ideias – Há na sociedade atual um grande culto ao corpo magro e da beleza a ser alcançada. Quais são as palavras de ordem hoje?

JOANA NOVAES – O corpo é um capital valioso e serve para todos. É um passaporte da felicidade que faz encarnar de alguma forma no mundo atual a figura do sucesso. Ele é importante nos processos de recrutamento etc. Tornou-se capital valioso porque demanda que o sujeito tenha tempo e dinheiro para investir. Por isso, a ditadura da beleza, da magreza, se tornou um sintoma social, pois há um grande contingente de pessoas hoje que sofrem por não perceberem a sua própria estética atendendo ao que elas imaginam sendo uma demanda social. É um discurso que diz: você tem que ser magro! Se não o for a culpa é sua porque não lançou mão de todas as práticas corporais disponíveis no mercado, para alcançar esse objetivo. Isso é incorporado ao

Ideias – Mas isso é um pensamento moderno não?

JOANA – Se nós caminhamos historicamente veremos que a gordura já foi associada à prosperidade. As musas renascentistas todas eram sinuosas e rechonchudas. O padrão mudou após a era da revolução industrial, mas a questão é o porquê da mudança. Temos que pensar no que é um “bem de consumo” em termos de status social para cada era a que poucos têm acesso. O que hoje em dia é um luxo? TEMPO. A maioria esmagadora da população vai se esfalhar porque é da produção que se alimenta o capitalismo. Nesse sentido, nossa cultura é extremamente calvinista, pois diz que: se você se esforçar, sofre toda a sorte e caráter da disciplina, persistir, suportar uma dieta super-rigorosa, a rotina exaustiva de exercício, aí você vai ter a recompensa por esse mérito que é seu, ou seja: expor esse corpo (esse capital) não só na sociedade, mas na mídia, desde a capa da revista a TV, ter um bom emprego, um marido lindo ao lado, ser considerada bela, em suma.

Ideias – Mas você disse que o corpo é de classe. O culto a magreza é algo historicamente novo, não?

JOANA – Quem é que tinha nesta época acesso a comida? Uma parcela mínima da população: a nobreza que comia fartamente e bem. A maioria da população morria famélica de cólera. A comida era um “bem” escasso não só por causa da dificuldade de acesso a ela, mas devido à conservação, o que não é o caso hoje, tanto que a obesidade se tornou um problema de saúde público. O padrão mudou porque o acesso ao “bem” da comida mudou.

Ideias – Mas o acesso à comida, a comida saudável, é cara como você mesma ponderou...

JOANA – Justamente. Por isso, além do corpo ser de classe o discurso é perverso e faz as pessoas adoecerem. Se você pensar nos itens que contemplam a cesta básica

verá que são calóricos, com muitos carboidratos, um hábito difundido socialmente e politicamente porque os produtos de alto valor calórico são mais baratos e dão uma sensação maior de saciedade na pessoa. Então, você tem um vetor econômico por trás desse corpo social, desse corpo de classe, seja há 500 anos ou hoje. O que tem de novo historicamente não é o padrão estético em si ou você tê-lo ou não, mas o julgamento moral feito de culpabilizar o sujeito por ser gordo, não ser belo.

Ideias – Um saber disseminado pela mídia...

JOANA – Sim. Eu trabalho na área de obesidade do hospital público da UERJ. Hoje em dia qualquer paciente que procura um posto de saúde ou uma clínica privada para emagrece, sabe claramente o que ele tem que comer. A galhofa está no senso crítico de questionar a figura do médico dizendo: “ok, doutora, mas não tem queijo cottage ou maçã na cesta básica não. A gente está aceitando doação lá em casa”. Por isso, o discurso é perverso. A máxima passada de que só é feio quem quer, que o corpo magro e sarado é acessível a todos, é ilusória. Mas é essa engrenagem! É isso que faz todo mundo adoecer. É um processo insidioso e lento que vai se dando nos seios das relações sociais. Afinal, se eu convenço a você que é o único responsável pelo seu corpo, olha que instrumento valioso e eficiente eu tenho de regulação do corpo. As doenças da beleza se tornaram um sintoma social.

Ideias – E essa engrenagem movimenta um mercado?

JOANA – Uma indústria de bilhões de revistas aos produtos disponíveis em canais de compra, fora as academias. Assim começa a corrida à corporaltria. A diferença de classes está apenas no que se acessa. A mulher, ou homem, de classe abastada paga R\$10 mil num

SPA, o das classes desfavorecidas consome o chá “sete ervas”, o shake, na drogaria, mas vai consumir. E onde a grande maioria da população aprende o que deve ou não comer e o que comprar para emagrecer? Massivamente pela televisão.

Ideias – É por isso que a PUC-Rio abriu um núcleo somente para tratar das doenças da beleza?

JOANA – O serviço da clínica social da PUC à comunidade foi criado há mais de 40 anos. Para a instituição perceber a necessidade de ter um núcleo específico era porque a demanda era alta. A quantidade de pessoas doentes é imensa. São em torno de 1.200 atendimentos relacionados a doenças da beleza. Há também pacientes com transtornos alimentares, mas esse problema é um braço das doenças da beleza. Inclusive, mudou o perfil. Transtorno alimentar era doença considerada de rico. Agora, atinge vorazmente a população pobre.

Ideias – Quais são as chamadas doenças da beleza?

JOANA – Começa com uma insatisfação enorme da própria aparência que pode ocasionar, ou não, anorexia, vigorexia, bulimia, ortorexia, distúrbios alimentares que nada mais são do que uma nova roupagem para o antigo problema de transtorno obsessivo, o TOC. No dia a dia, a pessoa começa a desenvolver uma série de rituais para se alimentar, a dieta vira uma camisa de força, uma jaula, que vai excluindo o sujeito pouco a pouco da vida social porque é uma alimentação muito restritiva.

Ideias – Mas somente esses transtornos obsessivos são indicativos de que a pessoa sofre ou desenvolveu uma doença da beleza?

JOANA – Não. Em geral, você pode classificar as doenças da beleza como todo e qualquer desconforto. Pode não ter qualquer ritual alimentar associativo, mas ele também está com a vida social prejudicada. A avaliação é feita pelas relações sociais: a pessoa nunca namora,



As classes populares consomem vorazmente recursos para atingir esse corpo perfeito, aquele que é colocar como o “bem de consumo” capaz de abrir as portas da aceitação, da inclusão, do convite para festas glamourosas, enfim, o corpo visto como um “bem” para se ter uma vida de sucesso, exatamente, como a TV, jornais e revistas vendem

Beleza?

As doenças da beleza são enquadradas na classe dos transtornos obsessivo-compulsivos (TOC) e se caracterizam por uma percepção distorcida da realidade em relação à própria imagem. Veja as principais:

Anorexia

Quando vai cortando os alimentos, até não comer praticamente nada. Afeta mais adolescentes e jovens (15 a 25 anos).

Bulimia

Quando come em excesso, sente-se culpado e lança mão de artifícios para expelir a comida, como induzir o vômito ou usar laxantes com a finalidade de não ganhar peso.

Ortorexia

A pessoa sequer tem o controle da comida que consome, da pro-

cedência ao preparo. Incidência maior em adultos (a partir dos 30).

Vigorexia

É o complexo de Adônis. Uma insatisfação constante com o corpo que leva a prática de exercícios além da medida. Geralmente acomete homens. Faz uso de hormônios: desde anabolizantes a suplementos alimentares para ganhar massa corporal.

Lipofobia

Medo de gordura. Síndrome sociocultural, um medo irracional da gordura imaginária que vai beirando ao terror. A beleza se desvincula do biótipo e, principalmente, da saúde. Causa alterações da percepção da imagem corporal derivada da imposição social de um padrão corporal considerado ideal ao qual associam o sucesso e a felicidade.

não vai às festas, deixa de ir à praia ou qualquer outra atividade pública porque não quer expor o corpo socialmente, afetando até a rotina de trabalho. Enfim, o corpo começa a pautar toda a vida. Há as que não conseguem sequer se olhar no espelho. A barra é pesada.

Ideias – Qual é a queixa principal?

JOANA – A nossa sociedade está tão ditadora com a beleza, com o magro, com o ser saudável, que já há hoje o fenômeno da lipofobia: o medo de gordura. Ninguém quer ser amigo de gordo, que precisa representar diversos papéis do inteligente ao simpático. Não vamos demonizar tudo. Há o lado bom na preocupação com o corpo. Estamos mais saudáveis, vivemos mais. Porém, há exageros. É complicado até de identificar, pois a avaliação moral da sociedade é de que o sujeito é apenas vaidoso e está preocupado com sua saúde. Socialmente, o comportamento de preocupação demasiada com a beleza é vista com bons olhos em relação à pessoa que chega num churrasco e come de tudo sem estar preocupado com a manutenção do corpo.

Ideias – Então, apesar da regulação ser interna também há a regulação das relações sociais próximas...

JOANA – Sim. A família e amigos também são um regulador. Lá na clínica da PUC, há cerca de quatro meses, chegou uma mãe preocupada com a filha de cinco anos de idade, porque a menina não comia como os coleguinhas. Ela se recusava a comer pizza, churrasco, inclusive, em eventos sociais. Sabe o que foi observado na avaliação? A filha simplesmente estava mimetizando o comportamento da mãe, uma mulher extremamente vaidosa e preocupada com a aparência e o que comia. Criança reproduz sem se dar conta, não verbaliza. A criança aprende a comer em casa. Se o adulto não come algo, precisa verbalizar o porquê para a criança.

*Da Redação.

Só louco

Marlene de Lima*

Tito chegou do estágio no hospital, e o apartamento estava uma bagunça — copos, pratinhos, CDs fora da capa. Proibira o irmão mais novo de trazer colegas. Como encher de gente um espaço tão pequeno?

Acendeu a luz do teto e apagou o abajur num canto da sala. Tocava baixinho “Só louco” na voz de Nana Caymmi. Pegou do chão o vestido tomara que caía de cetim vermelho, dilacerado além do zíper. Júlio rasgando roupa de namorada?

Um brinco estalou sob o sapato. No chão, batons, vidrinhos de perfume e vários objetos saídos da *nécessaire* atirada perto da janela.

O único quarto estava aberto e apagado. A lâmpada do corredor, queimada. Mas a fresta de luz embaixo da porta do banheiro denunciava uma presença.

Nenhum barulho de água. Tito mexeu no trinco, e nada.

“Júlio, o que houve por aqui? Abra.”

O rapaz, depois de várias tentativas, abriu a porta a pontapés.

De roupão branco, Júlio soluçava sentado no bidê. Diante do irmão, baixou a cabeça e enfiou os dedos nos cabelos de caracóis.

Tito o sacudiu pelos ombros.

“Que porra é essa, cara? E a mulher?”

“Mulher nenhuma.”

“Então de quem são essas coisas espalhadas?”

“Tito, qualquer dia você ia mesmo descobrir. É tudo meu. Foi o Venceslau quem criou esse auê. Ele é muito ciumento.”

“Que Venceslau? O lutador de MMA? Quer dizer que você e ele... Dos dois, quem é a mulherzinha, hein?”

Júlio ficou de pé. A bebida recendeu. O roupão desabou dos ombros magros. Uma calcinha preta, justa, disfarçava seu lado masculino, e um colar de três voltas cobria os pelos do peito. Tentou abraçar o irmão, que andou para trás.

“Não me toque, seu boiola. Bem que eu desconfiava: sem namorada até agora. Como é que pode? Já pensou no desgosto dos velhos quando souberem lá em Três Corações?”

“Pô, você não vai dizer, não é Tito?”

“Ah, quer que eles continuem a sustentar a boneca, é? Comigo não tem conversa.”

“Pode deixar, eu já ia mesmo embora, morar com o Venceslau. Tudo foi ciúme. O Lalá me ama. Me chama de Juliette. As pérolas são presente dele.” Alisou com leveza o colar. A bebida ajudava o desabafo — na verdade, uma tremenda saída do armário.

Com raiva, Tito arrancou a bijuteria. O tranco balançou o corpo franzino do outro. As pérolas correram pelo piso, rolaram por baixo do cestão, perderam-se na penumbra do corredor.

“Saia mesmo daqui. E não diga por aí que é meu irmão, viu?”

Júlio, depois de um telefonema cochichado, recolheu as coisas da sala; ia saindo com a mochila, quando se lembrou das pérolas. Podia refazer o colar.

Quis voltar, mas Tito o impediu. “Não vai levar pérola nenhuma, seu bosta. Vou mandar a faxineira jogar aquelas merdas no lixo e vou trocar a chave daqui.”

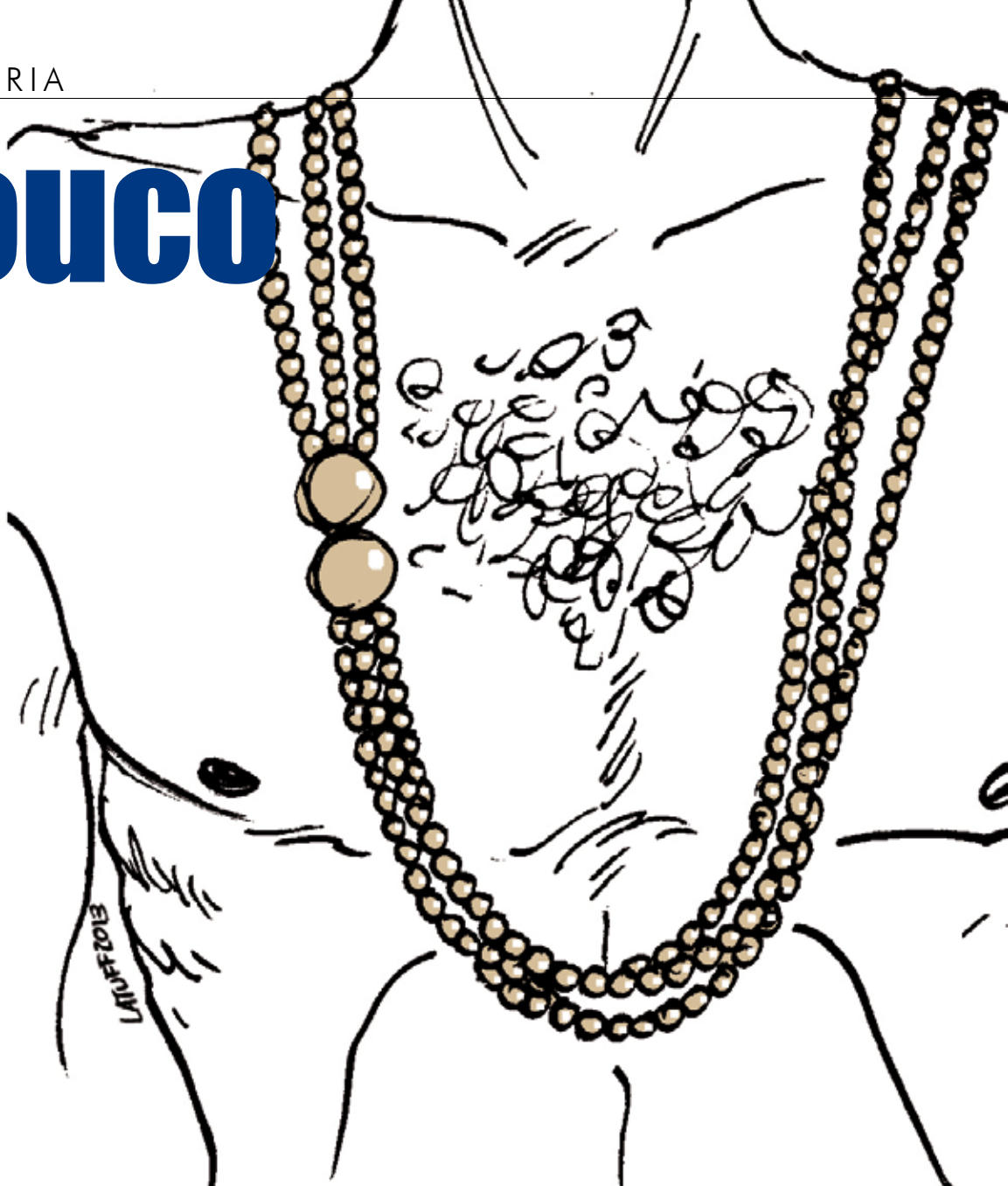
Bem lá no fundo, até pintou um remorso. Mas, mesmo de cabeça fria, Tito não estava preparado para navegar naquelas águas.

Passado um mês, ao sair do cursinho, Júlio se deparou com ele na calçada em frente. O irmão se aproximou e lhe entregou uma sacola de loja.

“Suas pérolas fajutas.”

Ia agradecer, mas o outro deu as costas e saiu pisando forte.

* Servidora aposentada do TRT da 1ª Região.



Líbia e a conveniência

Com as atenções dos meios de comunicação voltadas para a Síria, banho de sangue na cidade líbia de Bany Walid é ignorado no Ocidente



Mário Augusto Jakobskind*

No último dia 20 de outubro passado completou-se um ano do assassinato do líder líbio Muammar Khadafi. As mais recentes informações indicam que a ação que culminou com a sua morte teve a participação de agentes do serviço secreto francês. A ordem teria partido do então presidente Nicolas Sarkozy, preocupado com a possibilidade de se esclarecer de uma vez por todas a denúncia, segundo a qual, Khadafi ajudou no financiamento de sua campanha eleitoral em 2007.

Quem primeiro divulgou a informação foi o filho de Khadafi, Islam al Khadafi, atualmente preso e que deve responder a processo do Tribunal Penal Internacional. A notícia foi encarada com reservas e considerada pelos analistas apenas como uma peça de propaganda.

Nas hostes khadafistas, a divulgação foi tida como inoportuna, porque despertou ainda mais a ira de Sarkozy. O presidente francês contou com a cumplicidade dos meios de comunicação ocidentais que deram pouca divulgação à denúncia. Agora

mais de um ano depois da morte de Khadafi, em circunstâncias violentas e quando Sarkozy se encontra em total ostracismo, a denúncia ganhou corpo em setembro passado, está sendo encarada de forma distinta daquela feita pelo filho de Khadafi.

Democracia com carimbo da OTAN

Depois do fim do anterior regime e a ascensão de um governo que só chegou ao poder graças aos bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Líbia praticamente saiu do noticiário. O país norte africano voltou a ocupar grandes espaços midiáticos após ação violenta organizada por grupos salafistas em Benghazi e que resultou na morte do embaixador estadunidense Christopher Stevens e mais três funcionários, em setembro de 2012.

A ação provocou muita polêmica e na verdade até hoje continua a deixar dúvidas sobre as circunstâncias em que ocorreu. Teria sido apenas uma manifestação espontânea de protesto contra a divulgação do trailer de um documentário ofensivo à religião islâmica? (*A inocência dos muçulmanos*. Acesse em <http://migre.me/cNFp1>). E ainda por cima um documentário que circulava na internet

há pelo menos três meses antes do protesto em Benghazi?

O fato foi aproveitado pelo postulante republicano à Presidência dos EUA, Mitt Romney, para criticar a política externa do adversário democrata Barak Obama. A secretária de Estado, Hillary Clinton, para evitar maior desgaste de Obama, acabou assumindo a responsabilidade por não se ter evitado o desfecho trágico em Benghazi.

De qualquer forma, o mea culpa de Hillary não conseguiu desfazer algumas dúvidas que pairam no ar. Se alguns dias antes os serviços de inteligência estadunidenses alertavam sobre a instabilidade na região de Benghazi, porque não foram adotadas medidas de reforço da segurança do local onde estava o embaixador Stevens?

É bastante questionável o fato de que em uma manifestação popular surgissem foguetes que bombardearam o local visitado pelo embaixador e que, segundo foi informado posteriormente, não era a sede do consulado, mas apenas um local onde ocorriam reuniões reservadas do alto escalão diplomático estadunidense em Benghazi.

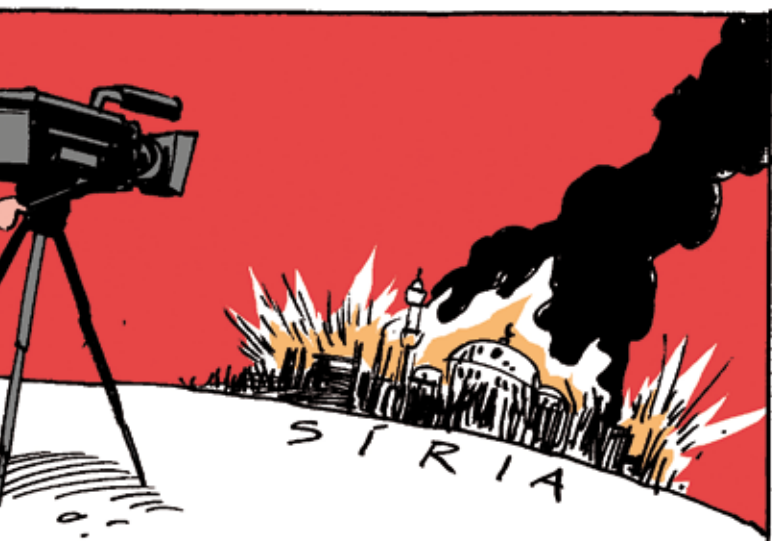
Alguns analistas e a própria secretária insistem em afirmar que os

Estados Unidos ajudaram a transformar a Líbia em um país democrático. Tal argumento é contestado com a afirmação de que democracia não pode ser imposta por bombardeios, como aconteceu na Líbia durante pelo menos seis meses. O país norte africano Benghazi que antes dos confrontos do ano passado era considerado o mais adiantado do continente africano, inclusive em termos de qualidade de vida, hoje vive em situação de caos com bandos armados se digladiando entre si e com número incalculável de presos políticos. A tortura é uma prática rotineira, fatos, por sinal, praticamente ignorados pelo noticiário das agências internacionais de notícias.

Os bombardeios provocaram a destruição da infraestrutura do país, incluindo o maior rio artificial do mundo, construído por Khadafi para irrigar o deserto líbio e as cidades. Nada foi reconstruído até agora. O número de mortos pelos bombardeios continua sem ser conhecido, inclusive o tema não tem despertado o interesse da mídia. Fontes vinculadas ao antigo regime falam de cerca de 200 mil mortos e 100 mil feridos e da fuga do país de aproximadamente um milhão de líbios.

O noticiário sobre a Líbia ignora a questão, preferindo ultimamente

midiatática



divulgar informações apresentando Muammar Khadafi como responsável por estupros contra jovens, que teriam se tornado escravos sexuais, inclusive da sua guarda pessoal. Foi até lançado livro sobre o tema – *O Harém de Khadafi* – sendo apresentado um longo depoimento de Annik Cojean, repórter especial do jornal *Le Monde*, fato divulgado com grande estardalhaço na edição de 20 de outubro do jornal O Globo.

Pouco antes ocorrera uma eleição, saudada no Ocidente como prova de que a democracia chegou à Líbia. As autoridades líbias, na prática impostas pela OTAN, podem ser consideradas no mínimo suspeitas.

O novo governo imposto pela OTAN

Segundo informações de fontes independentes, o chefe do Exército libanês é um agente da CIA de nome Hiflter. O presidente do Parlamento, de nome Al-Magaryef, também não passa de um agente dos serviços de Inteligência ocidentais. Já o primeiro-ministro, Adelrahim AL-Kib, designado para o cargo desde o início da ascensão do Conselho Nacional de Transição (CNT) é empregado da Exxon, provavelmente licenciado para ocupar a nova posição e

defender os interesses da empresa a que serve. Ele cumpre também a missão de fazer com que a Líbia influencie a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Abdel-Rahim al-Kib ainda lecionou em universidades estadunidenses e dirigiu o Instituto do Petróleo dos Emirados Árabes Unidos antes de unir-se ao CNT, em meados de 2011. Além do mais, algumas de suas pesquisas em engenharia elétrica foram financiadas pelo Departamento de Energia dos EUA.

É certo que Muammar Khadafi já tinha feito concessões às empresas petrolíferas, sobretudo às da França e Itália, mas com o estabelecimento do novo governo líbio, as facilidades se ampliaram. Hoje, o controle do petróleo líbio, considerado de alta qualidade, está em sua totalidade nas mãos de empresas ocidentais.

Na ótica midiática

Para analistas independentes que acompanharam a guerra civil, a mídia deixou até de ser mídia para se tornar protagonista da guerra, a própria guerra, manipulando imagens e fazendo o jogo de um dos lados, exatamente o dos opositores de Khadafi. Assim foi, por exemplo, a cobertura da *Al Jazeera*, o canal

estatal do Catar, que colocou imagens de grupos rebeldes de forma a parecer que eles tivessem grande apoio popular, o que nunca aconteceu ao longo de todos os meses.

As norte-americanas Fox e CNN, bem como a CBS e outras não ficaram a dever em matéria de parcialidade. A britânica BBC, considerada por muitos como padrão de jornalismo público, como já havia acontecido anteriormente na cobertura sobre os acontecimentos no Iraque, também apresentou noticiário que não entrou em choque com o posicionamento do governo, participe da escalada militar da OTAN.

Recente cerco a hospital

Nos dias atuais, os meios de comunicação também ignoram denúncias segundo as quais as autoridades líbias estão se utilizando de métodos selvagens para combater contestações ao atual regime, como acontece em Bany Walid. Nesta cidade, cuja população em sua maioria negra, oriunda de países africanos que se radicaram na Líbia era aliada do antigo regime e nunca aceitou o atual governo, estariam ocorrendo, segundo denúncias de fontes independentes, intensos bombardeios e com a utilização de gases tóxicos - o provável uso de gases tóxicos é confirmado pelo fato de muitas pessoas atendidas terem dificuldades respiratórias inexplicáveis e envenenamento - por parte das milícias de Misrata, Zintan e Juma Suq, rivais históricos de Bany Walid, com o apoio dos Ministérios do Interior e da Defesa. O governo considera Bany Walid um “câncer” da Líbia”.

Um dos médicos do principal hospital de Bany Walid, identificado como Dr. Taha, informou pela internet que “atenderam uma centena de pessoas, entre elas mulheres e crianças com ferimentos e queimaduras provocadas por explosões de morteiros e foguetes”. O hospital é pequeno e o bloqueio à cidade torna ainda mais difícil o atendimento.

O médico ainda informou que, do local onde se encontrava, podia ver fumaça em vários pontos. Quando esta matéria foi elaborada, as estradas estavam bloqueadas tornando quase impossível a comunicação por este

meio com o exterior. Os milicianos de Misrata, Zintan e Juma Suq ainda estavam impedindo a chegada de medicamentos ao hospital localizado no centro de Bany Walid.

As agências de notícias internacionais informaram que o filho mais novo de Muammar Khadafi, Khamis, foi morto, também em 20 de outubro, durante confronto em Bany Walid. Neste cenário que lembra os acontecimentos na Síria, mostrados diariamente pelas emissoras de televisão em todo o mundo, o silêncio midiático confirma o tipo de cobertura jornalística que ocorre em áreas conflagradas do planeta, ou seja, na base de favorecimento a um dos lados. No caso, exatamente o mais próximo dos países ocidentais e de aliados do Golfo.

A Líbia agora é para a OTAN um caso encerrado a favor das “forças democráticas”. Pouco importa o que se passa no país. Se algo eventualmente acontecer fora do estabelecido, forças militares regulares ou não são convocadas para extirpar eventuais focos de resistência, como acontece em Bany Walid. .

As atenções agora estão voltadas para a Síria, onde o governo de Bachar al-Assad e forças opositoras travam intensos combates. Há denúncias de violações dos direitos humanos pelos dois lados, sendo que os opositores recebem, segundo informações, apoios dos mais variados, inclusive de mercenários vindos da Líbia, da Arábia Saudita, do Catar e da Turquia, para não falar do reforço material por parte dos serviços secretos estadunidenses e europeus.

Ao contrário do que aconteceu na Líbia, desta vez o Conselho de Segurança das Nações Unidas não conseguiu dar o sinal verde para decretar zona de exclusão aérea na Síria e em seguida os bombardeios da OTAN devido ao poder de veto exercido pela Rússia e China. Em recente encontro com o primeiro-ministro britânico, David Cameron, a presidenta Dilma Rousseff reafirmou sua oposição a qualquer tipo de solução militar para o conflito na Síria.

*Mário Augusto Jakobskind é jornalista



LANÇAMENTO 2013
BOOKLINK
PUBLICAÇÃO SEM FRONTEIRAS

ROBERTO PONGIANO AUTOPIA
COMUNISTA

COSMÓPOLIS



Livros já a venda no site da booklink, tanto o novo, Cosmópolis, quanto os anteriores, Feitiços e Notas Políticas.
booklink@booklink.com.br
www.booklink.com.br

Programação dos cursos de espanhol do Sisejufe para 2013

"El tarado pelado batía en la puerta del autobús, con su saco rojo en las manos".
"Se puso tan morada con el piropo del muchacho, que pensó en darle un puñetazo"

Se você pensou bobagem, está na hora de aprender espanhol e deixar de fingir que sabe, o que você sabe é portunhol!

Cursos de Espanhol do Sisejufe tem programação para 2013:

Módulo Inicial: Quintas-feiras, 19 horas, Senador Dantas, 117, sala 1541. Início no dia 7 de março.
Módulo Intermediário: Sábados, 8h30min, Presidente Vargas, 509, 11 andar. Início no dia 9 de março.
Professores licenciados, com Dele Nível Superior e Pós Graduados pelo Instituto Cervantes.

Inscrição: formacao@sisejufe.org.br

Informação: roberto@sisejufe.org.br ou no telefone: 9189-9746

Mensalidades: Para o intermediário, o valor é de 100 reais para todos os interessados.
Para o inicial, 80 reais para filiados a sindicatos da CUT e 100 reais para os demais.

Tradução dos textos: O louco careca batia na porta do ônibus, com seu paletó vermelho nas mãos.
Ficou tão vermelha com o galanteio do rapaz, que pensou em lhe dar um murro.



Stúdio de Pilates e Personal Ferreira Vieira

Com a certeza de que os músculos devem ser fortes e flexíveis para se manterem bonitos e saudáveis, o Pilates fortalece os músculos fracos, alonga os músculos que estão encurtados e aumenta a mobilidade das articulações. Movimentos fluentes são feitos sem pressa e com muito controle para evitar estresse. O alinhamento postural é importante em cada exercício, ajudando na melhora da postura global do indivíduo. Assim, a força, a tonificação e o alongamento são trabalhados de dentro para fora do corpo, tornando-o forte, bonito, saudável, harmonioso e elegante.



AS AULAS APRESENTAM

Exercícios suaves e eficazes com poucas repetições de movimentos; grande variedade no repertório dos exercícios, inviabilizando a monotonia; uso de aparelhos e acessórios criados especialmente para os exercícios; resultados rápidos e duradouros; construção de uma postura correta e natural, sem desgaste físico.

BENEFÍCIOS

Aumento da resistência física e mental, da concentração, da flexibilidade, do tônus e da força muscular; alívio das tensões, do estresse, das dores crônicas e relaxamento; fortalecimento dos órgãos internos;



melhora na respiração e na oxigenação do sangue, no sistema circulatório, na eliminação de toxinas, na drenagem linfática, na mobilidade das articulações e na coordenação motora; alongamento, controle corporal e correção postural.

Informações: Janaína e Alexandre

Rua das Marrecas, 33 sala 402 – Contato: 9606-8801
www.pilatesepersonalferreiravieira.eev.com.br
pilatesepersonalferreiravieira@hotmail.com
twitter: @pilatescentrorj

Aos sindicalizados e dependentes do Sisejufe desconto de 10%.